



KAROL SOUSA BERNARDES

**RUÍNAS EM PORTUGAL: UM PERCURSO ATRAVÉS DE
NARRATIVAS PÓS-25 DE ABRIL**

**LAVRAS-MG
2020**

KAROL SOUSA BERNARDES

**RUÍNAS EM PORTUGAL: UM PERCURSO ATRAVÉS DE NARRATIVAS PÓS-25 DE
ABRIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras Português/Inglês e suas Literaturas, para a obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Roberta Guimarães Franco Faris de Assis
Orientadora

**LAVRAS-MG
2020**

KAROL SOUSA BERNARDES

**RUÍNAS EM PORTUGAL: UM PERCURSO ATRAVÉS DE NARRATIVAS PÓS-25 DE
ABRIL**

RUINS IN PORTUGAL: A PATH THROUGH POST-APRIL 25 NARRATIVES

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras Português/Inglês e suas Literaturas, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em 30 de dezembro de 2020.
Dr. Daniel Marinho Laks UFSCar
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis UFV
Dr. Rodrigo Garcia Barbosa UFLA

Profa. Dra. Roberta Guimarães Franco Faria de Assis
Orientadora

**LAVRAS-MG
2020**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Glorinha e Gilson, pelo amor constante, pela dedicação e por me apoiarem em todos os momentos.

À minha irmã Mariana, pela amizade, pelo incentivo, por ser um exemplo de persistência e por me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Ao meu avô José, por sempre me transmitir muita força, principalmente nos momentos mais difíceis.

À professora Roberta Guimarães Franco, pela orientação, pelo acolhimento, pelo incentivo, pela amizade e por indicar caminhos que me fazem evoluir como pesquisadora.

Aos meus amigos Gabriela, Louise e Christian, pelo apoio, pelo companheirismo, por tantos momentos compartilhados e por tornarem a minha jornada mais leve.

Aos membros dos núcleos de estudo NECLI e NECIM, em especial Pedro, Lisa e Jessiara, pela parceria, pelos diálogos tão ricos e pelas aprendizagens constantes.

Aos professores Rodrigo Garcia Barbosa, Angelo Adriano Faria de Assis e Daniel Marinho Laks pela leitura do meu trabalho e pelas contribuições.

RESUMO

O Estado Novo português foi um período marcado pela censura e por silenciamentos. Após a Revolução dos Cravos em 1974, que determinou o fim desse regime em Portugal, obras que abordavam acerca desse contexto começaram a ser publicadas. Nesse sentido, observa-se que há uma predominância, nesse primeiro momento que se seguiu ao fim do Estado Novo, de narrativas que tratavam sobre a Guerra Colonial, que também se insere nesse contexto. Por outro lado, as obras que apresentavam como tema os retornados, isto é, os portugueses que viviam nas colônias e que foram obrigados a se deslocarem para Portugal após o 25 de abril de 1974, começaram a ter mais enfoque em um momento posterior. À vista desses aspectos, propõe-se, neste trabalho, realizar um percurso de análise através de obras que se inserem no período de 1979 a 2012. A partir das quatro primeiras – *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), de João de Melo, *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge, e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre –, objetivou-se explorar como se dá essa produção logo após o fim do regime, que se volta mais para o cenário de guerra e expressa, dentre outros aspectos, as fragmentações físicas e psíquicas dos soldados portugueses. Já por meio do trabalho com as outras três – *O esplendor de Portugal* (1997), também de Lobo Antunes, *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso –, propôs-se investigar as questões relativas aos retornados, considerando os processos enfrentados pelos personagens ao saírem de África e ao chegarem em Portugal e as fraturas que esse contexto gerou na vida deles. Com base nas análises realizadas, observou-se que as obras apresentam diversos pontos de vista acerca dos contextos históricos aqui abordados, expondo as ruínas resultantes deles, além de confrontar muitos discursos do Estado Novo português.

Palavras-chave: Narrativas. Guerra Colonial. Retornados. Testemunho. Memória.

ABSTRACT

The Portuguese New State was a period marked by censorship and silencing. After the Carnation Revolution in 1974, which determined the end of this regime in Portugal, books that addressed this context began to be published. In this sense, we observe that there is a predominance, in the first moment that followed the end of the New State, of narratives that dealt with the Colonial War. In contrast, the books that presented the Portuguese who lived in the colonies and were forced to move to Portugal after April 25, 1974, in other words, the returnees, began to have more focus at a later time. Therefore, with this work we proposed to carry out an analysis path through books which fall in the period from 1979 to 2012. From the first four novels – *Os Cus de Judas* (1979), by António Lobo Antunes, *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), by João de Melo, *A Costa dos Murmúrios* (1988), by Lídia Jorge, and *Jornada de África* (1989), by Manuel Alegre – we aim to explore how this production occurs right after the end of the regime, which focuses on the war scenario and expresses the physical and psychological fragmentation of the Portuguese soldiers, among other aspects. Through the work with the other three books – *O esplendor de Portugal* (1997), by Lobo Antunes, *Caderno de memórias coloniais* (2009), by Isabela Figueiredo, and *O retorno* (2012), by Dulce Maria Cardoso –, we proposed to investigate the issues related to returnees, considering the processes faced by the characters when they left Africa and when they arrived in Portugal and the fractures that this context generated in their lives. Based on the analyzes carried out, we observed that the books present different points of view about the historical contexts discussed here, exposing the ruins they resulted, in addition to confronting many discourses of the Portuguese New State.

Keywords: Narratives. Colonial War. Returnees. Testimony. Memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	LITERATURA PÓS-25 DE ABRIL: (DES)CONSTRUINDO NARRATIVAS SOBRE PORTUGAL	11
2.1	A imagem mítica de Portugal em contraste com a Guerra Colonial	16
2.2	Memórias da Guerra Colonial: traumas de um passado que não passa	20
3	OS RETORNADOS: O DESPERTENCIMENTO À SOCIEDADE PORTUGUESA	24
3.1	A insustentável permanência em África e os desafios no deslocamento para Portugal	27
3.2	Então a metrópole afinal é isto: a realidade em Portugal em contraposição aos discursos oficiais do Estado Novo.....	32
4	CAPTURAR O PASSADO: A LITERATURA E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES NARRATIVAS	36
4.1	Narrativas de sujeitos fragmentados	38
4.2	A cisão do mundo colonial: recordar o passado para não o repetir	42
5	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O Estado Novo português foi um regime autoritário que durou de 1933 a 1974 em Portugal, governado, em um primeiro momento, por António de Oliveira Salazar e, posteriormente, por Marcelo Caetano. Nesse período, o Governo instituiu mecanismos de controle da sociedade e de inculcação ideológica para, assim, permanecer no poder. Um deles foi a censura, que manipulava as informações em Portugal, como aquelas referentes à Guerra Colonial, na qual o país tentava manter as colônias africanas sob seu domínio. Assim, a sociedade portuguesa não tinha consciência da real situação em África, visto que o discurso predominante era de que o país sairia vitorioso do conflito. Após o fim do Estado Novo, marcado pela Revolução dos Cravos em 1974, a permanência nas colônias africanas se tornou insustentável. Os portugueses que viviam nesses espaços foram obrigados a se deslocarem para Portugal, em uma tentativa de fugir da violência que se instaurou, e, ao chegarem no país lusitano, logo foram denominados como *retornados*. É a partir da chegada desse grande contingente de pessoas que a sociedade portuguesa vai começar a compreender o atual estado de decadência em que Portugal se encontrava e esse seria só início de um longo processo de readaptação.

Com base nesse contexto, após o fim do Estado Novo, obras literárias, que apresentavam como tema a guerra, começam a ser publicadas em Portugal. Muitos dos autores haviam atuado na guerra ou estiveram presentes nas ex-colônias no período de Guerra Colonial. Assim, podemos considerar essas produções como uma forma de se retomar o contexto de guerra que, durante o Estado Novo, sofreu silenciamentos, em uma tentativa de expor os horrores desse período. Entretanto, o que se observa é que as obras que abordam a situação dos retornados têm mais enfoque em um momento posterior, já em uma época um pouco mais distanciada do fim do regime. À vista disso, este trabalho buscou realizar um percurso de análise de obras publicadas no contexto pós-25 de abril, entre os anos de 1979 a 2012. As quatro primeiras abordam o contexto de Guerra Colonial e serão trabalhadas especialmente para investigar como são constituídas essas produções logo após o fim do Estado Novo. São elas: *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), de João de Melo, *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge, e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre. Já as outras três apresentam questões relativas aos retornados, que são *O esplendor de Portugal* (1997), também de Lobo Antunes, *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso.

As obras foram selecionadas a partir dos temas que apresentam e que possibilitam análises mais amplas acerca do contexto de Guerra Colonial e do deslocamento para Portugal de milhares de pessoas, sob diferentes pontos de vista. Somado a isso, os livros foram escolhidos tendo como base suas datas de publicação, como forma de abarcar um percurso maior de produções literárias relativas a esse período, como é o caso das de Lobo Antunes, que se situam em momentos diferentes, sob perspectivas distintas. Além disso, muitos assuntos que perpassaram o cenário real dessa guerra foram tão traumáticos a ponto de a narração deles ser, muitas vezes, quase impossível. Nesse sentido, as narrativas literárias que abordam esse período são também uma forma de se evocar o indizível e, assim, desconstruir muitos mitos e estereótipos reafirmados pelo Estado Novo português.

À vista dos pontos considerados, objetivamos, neste percurso de análise, explorar como as quatro obras que se situam entre os anos de 1979 a 1989 tratam sobre a Guerra Colonial e como os livros que se inserem entre 1997 e 2012 percorrem os contextos vivenciados pelos retornados. Propusemos, assim, investigar como a literatura revela narrativas diferentes daquela propagada pelo Estado Novo, expondo as ruínas desse período. Pretendemos também analisar o caráter memorialístico e testemunhal das obras, considerando as dificuldades e os traumas vivenciados pelos personagens e que refletem na própria estrutura narrativa dos romances. Além disso, procuramos investigar os diferentes discursos que perpassam os livros, como, por exemplo, a impossibilidade de se falar sobre a guerra nos quatro primeiros e, nos outros três, narrativas que nos propiciam refletir sobre pelo menos duas perspectivas relativas à violência nas colônias – a do português e a do africano.

A estrutura do trabalho se divide em três capítulos. O primeiro deles apresenta análises comparativas das quatro primeiras obras – *Os Cus de Judas*, *Autópsia de um mar de ruínas*, *A Costa dos Murmúrios* e *Jornada de África* – e como elas desconstruem a imagem de Portugal, sobretudo no contexto do regime salazarista, a partir das narrativas sobre a guerra. Somado a isso, nessa primeira parte, buscamos investigar como esses livros abordam as memórias traumáticas desse contexto, considerando o caráter testemunhal que eles apresentam. O segundo capítulo, por meio das análises das outras três obras – *O esplendor de Portugal*, *Caderno de memórias coloniais* e *O retorno* – representa os contextos vivenciados pelos retornados. Nesse segundo momento, aludimos ao percurso dos deslocados desde a saída deles de África até o estabelecimento deles em Portugal, retratando as dificuldades que enfrentaram no processo, e ao desapontamento ao chegarem no país. O terceiro capítulo aborda as diferentes narrativas que as três obras relativas aos retornados apresentam e que expressam as fraturas das pessoas que vivenciaram esse processo. Além disso, analisamos um

outro discurso que perpassa esses livros, que é marcado por uma perspectiva colonialista. Dessa forma, o trabalho com esses temas e obras, por meio de uma concepção de análise comparativa, demonstra que a Literatura possibilita releituras do passado referente ao contexto de Guerra Colonial e aos retornados.

2 LITERATURA PÓS-25 DE ABRIL: (DES)CONSTRUINDO NARRATIVAS SOBRE PORTUGAL

A imagem de Portugal como um país colonizador constituiu, ao longo dos séculos, um dos aspectos principais da história e da identidade portuguesas, que se revestiram de uma perspectiva mítica acerca do país. Assim, o passado de Portugal era tido como “grandioso”, principalmente pela conquista das colônias no Brasil e em África. Como aponta Eduardo Lourenço (2016), os portugueses eram grandes “longe”, fora do espaço que lhes cabia na Europa, ou seja, a maior parte do território português se encontrava nas colônias. Tendo em vista esses fatores, a colonização e os processos que a envolvem foram retomados e ressignificados pelo Estado Novo português para fomentar o caráter nacionalista da nação portuguesa. Fernando Rosas (2018) ressalta que o regime se sustentou através de mitos ideológicos fundadores, sendo um deles o *mito imperial*. É válido considerar, a partir disso, o artigo 2º do Acto Colonial de 1933, que diz ser “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas que neles se compreendam [...]” (Diário do Governo, 1933, n. 83, p. 650), tendo a nação, como aponta Rosas (2018), uma *vocação imperial*.

O Estado Novo durou de 1933 a 1974 e se caracteriza, ainda segundo o historiador, como “nacional autoritário”, além de antidemocrático, antiparlamentar e anticomunista. Somado a isso, o regime, conforme destaca Margarida Calafate Ribeiro (2003), visava um retorno a um Portugal ruralista e arcaico, com uma política nacionalista que se voltava à tradição, aos valores morais católicos e à unidade da pátria, reforçando, assim, o que Fernando Pimenta Tavares (2013) aponta como um conservadorismo social, além de afetar o desenvolvimento industrial e tecnológico do país. António de Oliveira Salazar, figura que governou Portugal até 1968, através de seus discursos, transmitia aos portugueses uma imagem de grandiosidade do país, como uma “pátria única, exemplar e feliz, cobiçada pelos estrangeiros” (RIBEIRO, 2003, p. 22), que se devia, em parte considerável, à “missão providencial” (*ibidem*) de colonizar e evangelizar outros povos. As colônias no Brasil, em África e em Ásia, com base nisso, eram de extrema importância para a manutenção da identidade portuguesa.

Em consonância com os pontos levantados, é válido considerar a discussão que Boaventura de Sousa Santos (1999) traz acerca de Portugal como *centro e periferia*. O país, em relação às suas coloniais, é o centro, sendo, conforme o sociólogo, “detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu” (SANTOS, 2013, p. 58). Já em relação à

Europa, Portugal se caracteriza como periferia, visto que, sob a perspectiva imperial, ele era o país menos desenvolvido se comparado às grandes potências europeias, como Inglaterra e França, e, como salienta Eduardo Lourenço (2016, p. 61), ele era constituído por um “povo empobrecido, atrasado social e economicamente, com uma percentagem de analfabetismo única na Europa [...]”. Nesse sentido, Portugal possui, segundo Santos (1999), um potencial maior de periferia do que de centro, caracterizando o país, assim, como uma *semiperiferia*. O Estado Novo, mesmo com os problemas econômicos e sociais, considera a nação portuguesa como um “grande centro”, ou, como aponta Ribeiro (2003, p. 10), uma imagem de “império como imaginação do centro”.

Em 1822, com a perda da colônia no Brasil, Portugal vê sua imagem imperial fraturada. A partir desse acontecimento, busca em África uma compensação, visto que, como destaca Roberta Franco (2019, p. 37), “manter as colônias garantia a preservação do *status* de colonizador”. O país também procurava, como evidencia Ribeiro (2003), uma forma de expandir o seu desenvolvimento econômico. Com isso, a exploração nas colônias africanas se intensifica, principalmente no século XX, bem como a ida de portugueses da metrópole para África. Somado a isso, na década de 1960, o império português sofreu mais um abalo com o início das guerras coloniais no ultramar, que só tiveram fim em 1974. Esse ano também marcou o fim do Estado Novo e de Portugal como nação imperial, sendo, segundo Ribeiro (2003), o momento de regresso do país ao seu espaço europeu.

Sobre o posicionamento da sociedade portuguesa nesse contexto, Santos (1999) destaca que ela era “fraca” e isso se dava pela força repressora do Estado. É importante considerar, nesse sentido, que, como ressalta Roberta Franco (2014), as notícias que chegavam à metrópole eram manipuladas e, com o crescimento dos movimentos de independência das colônias, a postura de negação do Estado frente a essa situação de crise se intensificava. Lourenço (2016), e aqui apontamos de forma complementar à colocação de Boaventura de Sousa Santos e de Roberta Franco, ressalta que:

Num dos momentos de maior transcendência da história nacional, os Portugueses estiveram ausentes de si mesmos, como ausentes estiveram, mas na maioria “felizes” com essa ausência, durante as quatro décadas do que uma grande minoria chamava “fascismo”, mas que era para um povo de longa tradição de passividade cívica apenas “o governo legal” da Nação. (LOURENÇO, 2016, p. 56).

Os portugueses, sem terem conhecimento da real proporção dos conflitos africanos, tinham como base o misticismo imperial. Salazar, através de seus discursos, transmitia à

sociedade que a guerra não duraria muito, sendo que ela se prolongou por cerca de treze anos, e afirmava que Portugal sairia vencedor. Nesse contexto, além da mistificação da vocação colonizadora, conforme Ribeiro (2003), o regime também mistificava as Forças Armadas e suas ações, tendo o apoio efetivo da Igreja. Dessa forma, era legitimada a posição de Salazar a favor dos conflitos armados, tidos por ele como inevitáveis, que foi celebrizada na frase “Para Angola rapidamente e em força”, como destaca a autora. Com base nesses aspectos, é possível observar a distância entre o discurso salazarista e o que realmente estava acontecendo na metrópole e nas colônias. Ribeiro (2003) ainda destaca que apesar do cenário violento do século XX, não parecia haver uma consciência coletiva de crise.

Outro ponto importante a ser considerado é que nos anos posteriores ao 25 de abril, não houve tantos estudos historiográficos sobre o período do Estado Novo e da Guerra Colonial, instalando-se um silêncio na sociedade portuguesa, como assinala Roberta Franco:

[...] o período de redemocratização do país, após a Revolução dos Cravos, momento em que se esperava uma profusão de vozes, acabou por demonstrar que os traumas e cicatrizes eram mais profundos, a ponto de interferir em vários aspectos, desde o político, passando pelo científico com a ausência de pesquisas historiográficas e chegando às representações artísticas, ainda pontuais. (FRANCO, 2018, p. 155).

Com o silenciamento presente nesse período posterior à Revolução dos Cravos, os portugueses que estiveram na Guerra Colonial, segundo Ribeiro (1998), foram os que deram o primeiro testemunho sobre esse contexto através da ficção, sobretudo a partir dos anos 80. É pertinente salientar que a literatura relativa ao contexto de guerra anterior ao 25 de abril, autorizada para publicação, de acordo com Ribeiro (1998, p. 126-127), era “apologética da acção das tropas portuguesas em África e da ideologia que lhe estava subjacente”, ou seja, eram obras que consentiam, em sua maioria, com os discursos do Estado Novo português ou que não apresentavam críticas diretas e explícitas a ele. Já as narrativas da geração pós-25 de abril, como destaca Roberta Franco (2018, p. 163), “ao apresentarem versões sobre os acontecimentos que ocorreram durante o Estado Novo e a Guerra Colonial, acabam por questionar, colocar em xeque, uma noção de identidade perpetuada por séculos, de um Portugal grande”.

O Estado Novo e a Guerra Colonial são períodos marcados por ruínas políticas, sociais e científicas, que resultaram em silenciamentos e traumas. Nesse sentido, “as ruínas geram o impulso da reconstrução e permitem-nos imaginar reconstruções muito distintas, mesmo se os materiais para elas não são senão as ruínas e a imaginação” (SANTOS, 2008, p. 24). A

literatura, a partir disso, através do testemunho e da memória, pode colaborar para a reconstrução do processo histórico desse contexto, que, nos anos subsequentes à descolonização, não teve uma produção científica rigorosa que se dedicasse a investigá-lo. Fato este que é resultado, principalmente, dos longos anos de controle do regime salazarista. Com base nas questões levantadas, selecionamos quatro livros, publicados entre os anos de 1979 e 1989, para discutir e analisar como a literatura contribui para se pensar esse contexto e as ruínas que ele apresenta.

As obras escolhidas são de autores que participaram da guerra ou que estiveram presentes nas colônias africanas durante esse período. Esse fato demarca uma proximidade das narrativas e o contexto histórico que apresentam com as experiências vivenciadas por eles. A primeira delas é *Os Cus de Judas*, lançada pela primeira vez em 1979 e escrita pelo português António Lobo Antunes, que atuou como médico do exército português na guerra em Angola entre 1971 e 1973. A obra apresenta um caráter autoficcional ao trazer um narrador-personagem que é médico e que retornou da guerra em Angola. Assim, ele conta suas experiências nesse período, através de uma narrativa fragmentada e composta por memórias. Nela, é possível observar seus questionamentos, medos e incertezas, além do estado em que se encontrava, que era de cansaço, solidão, desespero e embriaguez, em que o narrador afirma “quem veio aqui não consegue voltar o mesmo” (ANTUNES, 2010, p. 123). Pelo título, já podemos imaginar o cenário que encontraremos sobre a guerra: um lugar afastado, onde geralmente ninguém quer estar.

A segunda obra é *Autópsia de um mar de ruínas*, publicada em 1984, de João de Melo, português que também participou na Guerra Colonial em Angola, entre 1971 e 1974. O autor já inicia o romance com uma nota para quem vai ler “Querida somente dizer que, mesmo escrevendo sobre a guerra, proponho-me ajudar a construir a consciência da paz; e que, ao escrever sobre a morte, estimo amar melhor a vida” (MELO, 1984, p. 9). O livro apresenta diversos narradores, que narram em primeira ou terceira pessoa. Assim, há diferentes perspectivas sobre o contexto de Guerra Colonial, tanto por parte dos colonizadores quanto dos colonizados. João de Melo faz uma espécie de autópsia desse mar de ruínas que era a guerra, a condição dos soldados portugueses e o cenário da colonização, denunciando os absurdos desse contexto.

O terceiro livro é *A Costa dos Murmúrios*, publicado pela primeira vez em 1988 e escrito por Lídia Jorge, uma portuguesa que atuou como professora em Angola e em Moçambique no período de Guerra Colonial. Sua obra, diferentemente das outras duas, apresenta o contexto de guerra em Moçambique a partir de uma perspectiva feminina, na voz

de Eva Lopo, que era esposa do alferes Luís Alex. Ela relata os acontecimentos de sua vida, tendo como cenário a guerra, que são apresentados de forma fragmentada, como *flashes* de memórias, ou ainda, como uma espécie murmúrios sobre esse contexto. Eva se diferencia das outras esposas dos alferes e capitães, visto que possui uma postura mais crítica em relação aos acontecimentos. A partir dos relatos da personagem, podemos analisar a visão das mulheres na Guerra Colonial e como as notícias chegavam até elas.

A quarta obra é *Jornada de África*, publicada em 1989 e escrita pelo autor português Manuel Alegre, mobilizado para Angola em 1962 como oficial miliciano. O romance nos traz, através de uma narrativa em terceira pessoa, a figura do alferes Sebastião, um adversário do regime salazarista e contrário à guerra, que vai servir ao exército português nos confrontos em Angola. Manuel Alegre nos leva a uma jornada não somente por África no contexto de Guerra Colonial, mas também pela história de Portugal ao trazer um personagem cujo nome é o mesmo de uma figura importante para o país, que é D. Sebastião¹, sendo possível traçar um paralelo entre os acontecimentos do século XVI e os do presente da narrativa. O sebastianismo tão difuso em Portugal, acompanhado do discurso de defesa da identidade portuguesa, dá lugar ao Estado Novo, que retoma essas mesmas imagens de grandiosidade do país. Além disso, o destino do alferes Sebastião é o mesmo do outro de séculos atrás: o desaparecimento, o que coloca em questão o próprio destino de Portugal com a Guerra Colonial.

Os quatro romances inserem-se, assim, em um período histórico de dez anos, o que nos possibilita análises mais amplas acerca desse contexto de guerra. Os dois primeiros apresentam um tom mais intimista e testemunhal dos soldados portugueses sobre esse cenário de decadência em que se encontravam. O de Lídia Jorge traz uma perspectiva mais abrangente, que vai além do espaço onde a guerra ocorria propriamente, em que é possível explorar como esse contexto afetava também outras parcelas da sociedade e que, no caso desse livro, refere-se às mulheres. Já a obra de João de Melo traça um percurso que faz voltar o nosso olhar para os cenários de guerra e para os discursos do regime que eram enunciados nesses ambientes.

¹ Segundo Jacqueline Hermann (2012), D. Sebastião foi um rei português que desapareceu na batalha de Alcácer Quibir, no Norte da África, em 1578. Após esse acontecimento, como o rei não era casado e não possuía filhos, a sucessão do trono passou primeiramente para o cardeal D. Henrique, que era, conforme Hermann (2012, p. 123), “o último infante vivo dos Avis”. Ele morreu poucos anos depois e foi sucedido pelo rei espanhol Felipe II. Isso ocasionou a União Ibérica (1580-1640), ou seja, a unificação dos reinos de Portugal e de Espanha. Assim, houve a difusão da crença de que D. Sebastião retornaria, “[...] um rei salvador que resgatasse Portugal dos usurpadores castelhanos” (HERMANN, 2012 p. 124), resultando no que a autora aponta como “crença sebástica” ou “sebastianismo”.

2.1 A imagem mítica de Portugal em contraste com a Guerra Colonial

Eduardo Lourenço (2016) destaca que os portugueses viviam, sobretudo, em função de uma imagem irrealista de si mesmos e da nação. Essa perspectiva se estende aos discursos do Estado Novo, que propagavam uma versão muito distante da realidade vivenciada na Guerra Colonial, de modo que as informações eram sistematicamente selecionadas para atingir os objetivos do regime e passavam também pelo processo de censura. Até então, ainda segundo o filósofo, o sistema havia chegado em um nível de “perfeição na matéria”, com um intenso caráter nacionalista, como se não fosse possível aos portugueses contraporem a visão de grandiosidade que ele propunha. Entretanto, essa imagem começa a ruir com o decorrer da guerra, a princípio, a partir da perspectiva daqueles que foram convocados a enfrentá-la ou dos que a presenciaram estando nas colônias. Podemos analisar esse contraste de concepções nas obras, a começar por *Os Cus de Judas*:

[...] condenados ao consumo de jornais que a censura reduzia a louvores melancólicos ao relento de sacristia de província do Estado Novo, e jogados por fim na violência paranoica da guerra, ao som de marchas guerreiras e dos discursos heroicos dos que ficavam em Lisboa, combatendo, combatendo corajosamente o comunismo nos grupos de casais do prior, enquanto nós, os peixes, morríamos nos cus de Judas uns após os outros. (ANTUNES, 2010, p. 100).

O narrador expõe esse consumo dos jornais como uma forma de condenação ao terem que lidar com um conteúdo de exaltação do Estado Novo enquanto ele e os soldados tinham que enfrentar a violência da guerra. Aqueles que ficaram em Lisboa no comando discursavam de modo corajoso sobre o combate, sendo que não eram eles que realmente enfrentavam a guerra em África, ou como ele coloca, “nos cus de Judas”.

Em *Autópsia de um mar de ruínas*, observamos que certos fatos eram “amenizados” pela imprensa, como o número de portugueses mortos nos combates, de modo que eram selecionados apenas alguns para aparecerem no jornal e, assim, não causar alarde na metrópole. Além disso, na narrativa, acompanhamos as angústias e medos desses soldados e a inconformidade deles com a situação nas quais se encontravam. Entretanto, eles eram considerados como “corajosos” ao morrerem “generosamente”:

Os jornais de Lisboa dariam parcamente a notícia da sua morte, dois nomes por semana e só dois, para que nunca parecessem muitos; era certo e seguro

que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família, grande, grande é a nossa pátria porque tais filhos ela tem; as corajosas mães que choram são o vivo exemplo de que Portugal é o país eterno; a nossa juventude morre generosamente, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo. (MELO, 1984, p. 128).

Em *A Costa dos Murmúrios*, esse contraste se mostra de forma diferente. A obra pode ser dividida em duas partes. Ela se inicia com um conto não muito longo, intitulado *Os Gafanhotos*, em que acompanhamos o casamento entre Evita e Luís Alex, em Moçambique. Nele, através da figura dos convidados, é apresentado o lugar privilegiado e considerado superior dos portugueses em relação aos negros que lá viviam e é possível vermos uma visão estereotipada destes, tidos como “selvagens”. Assim, observamos no conto que a sociedade branca se fechava mesmo estando nas colônias e que ela compactuava, em número considerável, com os discursos do regime a favor da colonização, como aparece em: “eles [os negros] são os culpados, e se lhes parecemos fortes, é porque eles mesmos são extremamente fracos. Só temos de os reprimir” (JORGE, 2004, p. 29). Na segunda parte, a voz de Eva contando suas experiências se sobressai, mesmo em uma narrativa escrita em terceira pessoa, e observamos que as informações que chegavam até ela eram fragmentadas, como notícias de que os guerrilheiros conseguiram ocupar os espaços do “inimigo” e “desinfestar a zona”, e enfocavam na “independência branca”, como se a guerra estivesse por acabar.

Jornada de África nos apresenta diversos cenários, como: “coxos, manetas, paraplégicos. O resto ficou nas picadas, Angola é nossa, venham ver, há bocados de carne por aí, são pedaços de Portugal florindo algures no mato, sangue e merda, [...] Para Angola e em força, braços, pernas, mãos” (ALEGRE, 1989, p. 169). Esse trecho, ao retomar a célebre frase de Salazar, contrapõe todo o misticismo dos discursos do regime com os absurdos da guerra, como a morte de muitas pessoas. O narrador do livro de Manuel Alegre também traz diálogos, nos quais observamos diferentes posicionamentos dos portugueses na guerra. Uma das perspectivas que é pertinente destacar é a do capitão Garcia, que retoma, em suas falas, a missão das Forças Armadas na Guerra Colonial:

Nem todos os europeus percebem que não se ganha uma guerra destas só com acções de repressão. Chegam a acusar-nos de prolongarmos desnecessariamente as operações militares. A nossa missão exige paciência, perseverança, capacidade pedagógica. Somos nós a vanguarda da Pátria e temos de levar a população branca a compreender o sentido da nossa missão. Não estamos aqui para defender os privilégios de alguns, estamos aqui para defender cinco séculos de História e assegurar a permanência de Portugal numa perspectiva de renovação e de futuro. Estamos aqui para ser o braço

armado da lei, do progresso, da justiça, numa palavra: da Portugalidade. (ALEGRE, 1989, p. 64).

Nesse trecho, há o misticismo das Forças Armadas citado por Ribeiro (2003), em que o exército português teria força para atender às demandas do regime, isto é, de assegurar a permanência de Portugal em África. Somado a isso, o capitão ainda toca em outro aspecto importante para se entender a Guerra Colonial, que são, para além da repressão e do combate militar, as ações nos planos social e psicológico. Elas são acompanhadas do medo dos ataques iminentes, da fome, das doenças, mas também da constante reafirmação da unidade da nação portuguesa, como se os portugueses tivessem ajudando os colonizados, o que retoma a questão do *mito imperial* apontada por Fernando Rosas (2018) e a discussão de Boaventura de Sousa Santos (1999) da visão de Portugal como o *centro* em relação às colônias, como no trecho de *A Costa dos Murmúrios*:

Guerrilheiro, rende-te, nós somos os teus verdadeiros amigos, e a nossa pátria é só uma, a portuguesa. Pega nas tuas mulheres, nos teus bens, nos teus sobrinhos e família, teu tio, teu pai, tua mãe, e rende-te à tropa portuguesa. O português é teu amigo, o que os outros dizem são falsas panaceias. (JORGE, 2004, p. 122).

Outra questão relevante é sobre a sociedade portuguesa, que Lourenço (2016) caracteriza como um povo “amorfo” e “desinteressado politicamente”. Essa perspectiva pode ser exemplificada em dois trechos – um do livro de Lúcia Jorge e outro do de João de Melo – que se complementam: “informação, venha ela de que lado vier, sempre incomoda, [...]. Ninguém gosta que a informação chegue, sobretudo quando se está à vontade” (JORGE, 2004, p. 35) e:

[...] e sei que estou aqui exactamente como todos os outros: porque nunca me foi dado assumir uma decisão; a minha pátria nunca me ensinou a pensar sozinho, nunca nada me disse respeito nela. Na minha pátria, todas as frases são sonhos proibidos, coros de bispos e manicómios silenciosos. (MELO, 1984, p. 235).

Neste último excerto, um dos narradores de *Autópsia de um mar de ruínas* afirma que nunca foi ensinado a pensar sozinho. Antero de Quental, no século XIX, já abordava essa questão em sua conferência *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, em que aponta como uma das decadências a política através do absolutismo. Segundo o autor, a monarquia, ao habituar as pessoas a servirem e a obedecerem, tirou delas o sentimento de liberdade e, quando a elas isso foi restituído, não souberam compreender e

fazer uso. Essa falta de autonomia se estende até o período do Estado Novo, no qual havia um sistema que ditava e propagava um discurso sobre a pátria, sobre a colonização e sobre a missão de Portugal, de forma que os portugueses, em sua maioria, aceitavam. Nesse sentido, consideramos o trecho da obra de Lídia Jorge, que aponta o incômodo de se receber informações e, neste ponto, podemos considerar as que vão contra àquelas propagadas por quarenta anos de regime e a dificuldade de as desmistificar.

Somado a isso, podemos considerar o que expõe Walter Benjamin (2012, p. 243), de que “o passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade”. Assim, para que seja possível problematizar e analisar o período de Estado Novo e de Guerra Colonial, é preciso reconhecê-lo e não o silenciar. Entretanto, Lourenço (2016) evidencia que:

Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência *um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar. É possível que a profundidades hoje ainda não perceptíveis supure uma *ferida* que à simples vista ninguém apercebeu. Estamos perante um caso de inconsciência colectiva sem paralelo nos anais de outros países. (LOURENÇO, 2016, p. 54).

Tal como aborda esse excerto, ao contrário do que se esperaria, é como se, em um primeiro momento, os portugueses silenciassem esse contexto e esse aspecto está presente nas quatro obras. Podemos analisar isso em duas perspectivas. A primeira delas é a negação da guerra, que é resultado dos traumas causados por ela e, com isso, a impossibilidade de narrar os acontecimentos. Walter Benjamin, ao se referir à Primeira Guerra Mundial, ressalta que, ao final dela, “[...] os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 2012, p. 214). Em *Os Cus de Judas*, o narrador, ao retornar da Guerra Colonial, afirma que “tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem Pide, nem revolução, jamais houve, compreende, nada” (ANTUNES, 2010, p. 193-194). No mesmo sentido, em *Jornada de África*, é manifestado que “a guerra não existe, um dia vais ver que nunca existiu” (ALEGRE, 1989, p. 124).

A segunda perspectiva é a de não poder se falar que há guerra, no sentido de desconsiderá-la e, desse modo, não a assumir enquanto conflito real. Em *Autópsia de um mar de ruínas*, um dos narradores relata que “havia em lugar visível, na parede em frente da porta,

uma inscrição em letras garrafais à qual muita gente apontava o dedo para obrigar a mudar de conversa e dizia: É PROIBIDO DIZER QUE HÁ GUERRA” (MELO, 1984, p. 46). Assim, mesmo estando na guerra diariamente e vivenciando a realidade dela, os soldados não podiam dizer que ela estava acontecendo de fato. Esse aspecto também está presente em *A Costa dos Murmúrios*, em que não se utiliza o conceito *guerra*:

Percebia também que ninguém falava em guerra com seriedade. O que havia ao Norte era uma revolta e a resposta que se dava era uma contra-revolta. Ou menos do que isso – o que havia era banditismo, e a repressão do banditismo chamava-se contra-subversão. Não guerra. [...] A desvalorização da palavra correspondia a uma atitude mental extremamente sábia e de intenso disfarce. (JORGE, 2004, p. 79).

Tal como aparece nesse trecho, a desvalorização da palavra e, com isso, a própria desconsideração da guerra – postura assumida pelo regime salazarista –, era algo intencional para se amenizar e até ocultar o que realmente acontecia. Com base nos pontos considerados, as quatro obras proporcionam diversas perspectivas sobre o contexto de Guerra Colonial e apresentam os contrastes que se pode estabelecer sobre ele e os discursos do Estado Novo, que, segundo Rosas (2018), eram baseados em mitos, como o *mito imperial*.

2.2 Memórias da Guerra Colonial: traumas de um passado que não passa

Após o período do Estado Novo e da Guerra Colonial, obras literárias que abordavam esses contextos começaram a ser publicadas e muitos dos autores eram portugueses que vivenciaram a guerra nas colônias, como indicou Ribeiro (1998). A partir dessas produções, há a evocação de um passado marcado por ruínas e por silêncios. Essa literatura, nesse sentido, “[...] está investida de uma função de denúncia, desta situação trágica e tão ambigualmente esclarecida, de alerta contra o esquecimento e de absolvição, dos sujeitos narradores e do país face a si mesmo e face aos Outros” (RIBEIRO, 1998, p. 148), contribuindo também para o preenchimento das lacunas deixadas pela história oficial. Com base nisso, as quatro primeiras obras selecionadas neste trabalho – *Os Cus de Judas*, *Autópsia de um mar de ruínas*, *A Costa dos Murmúrios* e *Jornada de África* – constituem-se por meio de memórias, que, segundo Maurice Halbwachs (2006), são uma reconstrução do passado realizada no presente. Elas partem, nessas narrativas, de uma perspectiva individual, mas que compõem, em muitos aspectos, a memória coletiva desse período de guerra.

O sociólogo aponta que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali eu ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Assim, as obras apresentam diferentes pontos de vista sobre o período de Guerra Colonial e possibilitam um espaço para que seja possível reconhecer os absurdos da guerra e isso se dá por meio do testemunho desses narradores. Ao exporem sobre as emboscadas, as situações de miséria, as mortes, os medos e as angústias, eles falam da realidade comum entre muitos soldados nesse período e também de pessoas que o vivenciaram estando nas colônias, de forma que ambos sofreram silenciamentos. Como questiona Benjamin (2012, p. 242), “não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?”. Desse modo,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Ribeiro (1998, p. 147) evidencia que “[...] as guerras coloniais não se podem avaliar somente pela fragmentação física e pelas mortes, mas também pelas fragmentações psíquicas [...]”. Esse fator é perceptível nas quatro obras, de modo que nas de Lobo Antunes, de Manuel Alegre e de João de Melo há a representação dos impactos da realidade da guerra na vida dos soldados, e na de Lídia Jorge observamos os abalos desse contexto sobretudo na vida das mulheres portuguesas que estavam nas colônias. Essa fragmentação psíquica se desenvolve, como em *Os Cus de Judas*, nos dias, em África, que parecem não passar:

Aí, durante um ano, morremos não a morte da guerra, que nos despoeva de repente a cabeça num estrondo fulminante, e deixa em torno de si um deserto desarticulado de gemidos e uma confusão de pânico e de tiros, mas a lenta, aflita, torturante agonia da espera, a espera dos meses, a espera das minas na picada, a espera do paludismo, a espera do cada vez mais improvável regresso, com a família e os amigos no aeroporto ou no cais. (ANTUNES, 2010, p. 129).

E também na condição em que os soldados portugueses se encontravam, com o calor que os atormentava, a precariedade da alimentação, da água e também do sono, como vemos em *Autópsia de um mar de ruínas*:

Queixavam-se da seborreia, dos piolhos e das bostelas, queriam ser tosquiados rente, como as ovelhas no Verão, para enfrentar assim a humidade dos trópicos; outros ainda dormiam e não tinham sono; dormiam de tédio e suor e de angústias de cobra, sentiam por dentro um animal de agonia, [...] uma infinita sensação de sede nas suas tórridas entranhas fumegantes. (MELO, 1984, p. 44).

Em *A Costa dos Murmúrios*, podemos observar essa fragmentação psíquica, da qual fala Margarida Calafate Ribeiro, através da condição do alferes Luís Alex após seu retorno da guerra e a sua mudança de comportamento, e que afeta também a esposa dele, Eva: “começou a chorar abertamente, e era espantoso como chorava e as lágrimas do noivo tombavam nas ilhós do bernal. Era a primeira vez que via Luís Alex chorar. Chorava com soluços e com gritos” (JORGE, 2004, p. 262). Ele define também o ambiente de guerra como um “buraco”, “uma cova”, onde se encontrava em uma espécie de castigo e sem água. Além disso, no dia do retorno do alferes, a imagem que se tem do seu banho é: “o grande quarto de banho era pequeno para tanto lixo e tanto cheiro” (JORGE, 2004, p. 262). Esse lixo pode ser entendido como sujeira, mas também como toda a carga traumática que a guerra ocasionou.

Os traumas parecem não sumir mesmo com o retorno, como coloca o narrador de *Os Cus de Judas*: “[...] me pergunto às vezes se a guerra acabou de facto ou continua ainda, algures em mim, com os seus nojentos odores de suor, de sua pólvora, e de sangue, os seus corpos desarticulados, os seus caixões que me aguardam” (ANTUNES, 2010, p. 161). Nesse sentido, Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 69) destaca que “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”. À vista dessa noção, podemos considerar também *Jornada de África*, em que há diferentes cenários traumáticos da guerra. Um deles é um hospital, onde Sebastião vai visitar um companheiro de luta. Lá, ele vê combatentes que foram atingidos por granadas ou tiros e que estão coxos, paraplégicos, sem algum membro, entre diversos outros ferimentos. Ao se deparar com essa situação, o alferes se sente mal por estar “inteiro”: “faltam braços, mãos, pernas, pés. O mal-estar cresce por dentro de Sebastião, tem a sensação de que o acusam de vir inteiro. Passa um numa cadeira empurrada por um enfermeiro. Não lhe falta nada mas não mexe, nunca mais mexerá” (ALEGRE, 1989, p. 168-169).

Os soldados se consideravam impotentes frente à guerra, fartos dela, não entendendo, a partir desse cenário em que se encontravam, o sentido que ela tinha: “[...] ele, furriel Borges, sentado na terra dos negros escravizados pelos colonos, perguntava para si: porquê esta guerra?” (MELO, 1984, p. 23). Havia também a revolta contra os colonos da metrópole, os mandantes da guerra, que não estavam a morrer em África como eles: “são os guerrilheiros ou

Lisboa que nos assassinam, Luanda, os americanos, os russos, os chineses, [...] combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, [...] quem me decifra o absurdo disto [...]” (ANTUNES, 2010, p. 40).

Com base nas questões e trechos considerados, é válido ressaltar o que aponta Seligmann-Silva (2008), de que o testemunho se apresenta como uma forma de sobrevivência e, nesse contexto, ele é um modo de se conservarem vivas as memórias do período de guerra. A construção das narrativas se dá a partir de lembranças e de posicionamentos individuais dos personagens, que expressam diferentes perspectivas sobre a guerra e sobre os possíveis cenários que ela apresenta. Essas memórias individuais compõem a memória coletiva da guerra, podendo-se destacar a condição de precariedade dos soldados, as dificuldades enfrentadas por eles, como fome, insônia e doenças, as emboscadas e os combates, que resultavam em muitas mortes ou sequelas.

Essa realidade de ruínas, em um primeiro momento, não era de conhecimento dos portugueses na metrópole e também não foi explorada pela historiografia logo após o 25 de abril. Desse modo, a literatura colabora para se preencher essas lacunas através da memória e do testemunho, assim como coloca Halbwachs (2006, p. 29), de que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”. Tendo em vista essa noção de recorrer a outras narrativas para preencher lacunas do passado, no capítulo seguinte iremos explorar as obras que tratam sobre o contexto vivenciado pelos retornados, buscando analisar como a literatura o representa.

3 OS RETORNADOS: O DESPERTENCIMENTO À SOCIEDADE PORTUGUESA

O colonialismo, para além de um processo que afetou as sociedades colonizadas, com diversos desdobramentos políticos, sociais e culturais, é importante, segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), para compreendermos as sociedades ocidentais colonizadoras. Nesse sentido, é possível analisá-las tendo como base as teorias pós-coloniais, que, conforme Stuart Hall (2003), contribuíram para o entendimento e a caracterização da mudança nas relações globais, ou seja, “a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização” (HALL, 2003, p. 107). É válido ressaltar que o termo “pós-colonial”, ainda de acordo com o sociólogo, não se refere apenas ao período posterior à colonização, mas vai além disso. Roberta Franco (2019), e aqui indicamos de forma complementar aos pontos defendidos por Hall, aponta que o termo se volta, sobretudo, para a relação entre esse momento de pós-independência e o passado colonial. Com base nisso, ela expõe que, para que possamos compreender os processos posteriores a esse contexto e as dificuldades enfrentadas, é preciso analisar os processos de colonização e de descolonização desses países.

À vista desses aspectos, Roberta Franco (2019) propõe o contraponto entre o passado imperial e esse período posterior à independência, para que seja possível confrontar as mudanças internas, isto é, as transformações econômicas e culturais, e as externas, que se referem às relações entre os antigos impérios e àquelas relativas às suas ex-colônias. Assim, é pertinente o que Hall (2003) considera, de que uma das principais contribuições do termo “pós-colonial” é “dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados” (HALL, 2003, p. 108). Somado a isso, o termo “pós-colonial”, ainda conforme o autor, “relê” a colonização, apresentando e reescrevendo perspectivas descentradas das “grandes narrativas” do passado, que se voltavam para as nações imperiais. Essas teorias também permitem analisar, segundo Santos (2008), em que medida o colonialismo, após terminar como relação política, ainda está presente nessas sociedades, a partir de, por exemplo, aspectos da cultura, padrões de discriminação social e visões de pensamento dominantes que prevaleceram nelas.

Com base nos pontos considerados, voltamos o nosso olhar para Portugal, um antigo império que tinha a colonização como uma das bases principais de sua economia e identidade. Ao perder suas colônias, o país precisou “reaprender a viver entre o mar e a Espanha,

ocupando o pequeno espaço que lhe cabia e ainda cabe no continente europeu” (FRANCO, 2019, p. 40). Esses fatores tiveram um grande impacto na estrutura portuguesa no pós-independência, de modo que Portugal foi “o império que mais sofreu as consequências do seu longo sistema colonial” (*ibidem*). Como já discutimos, por causa da censura instituída pelo Estado Novo, grande parte dos portugueses não tinha conhecimento do que estava acontecendo nas então colônias. Nesse sentido, podemos destacar que o 25 de abril, a princípio, foi entendido como uma “mudança de cenários” de um governo opressivo para uma espécie de liberdade, como coloca Eduardo Lourenço:

A revolução de Abril foi recebida e festejada como uma simples mudança de cenários gastos que não alteraria o pacatíssimo e delicioso viver à beira-mar plantado, nem alteraria em nada a imagem que os Portugueses se faziam de si mesmos. Ou antes sim, para *melhor*. De cidadãos de um Estado opressivo, sem gozo de direitos cívicos normais ao contexto europeu, tornávamo-nos, por milagre, cidadãos *à part entière* da Europa e do mundo democrático. (LOURENÇO, 2016, p. 74).

O filósofo ainda aponta que os portugueses não se interrogaram sobre as prováveis consequências que esse longo período do Estado Novo e da Guerra Colonial resultariam. Assim, o marco que fará com que a sociedade, em Portugal, comece a ter mais consciência dos impactos decorrentes desse contexto é a chegada dos *retornados*² que viviam, sobretudo, em Angola e em Moçambique:

Quanto ao povo português – que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico império – só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas de milhares de retornados invadem de súbito a pacífica e bonacheirona terra lusitana... (LOURENÇO, 2016, p. 75).

De forma complementar à perspectiva de Lourenço, assinalamos o que Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 26) aponta, de que “a guerra não estava só em África, como o antigo regime pretendia, e onde parece que o novo regime, saído do 25 de Abril, gostaria de a ter deixado, desejando assim que ela não tivesse acontecido, mas ela vinha a bordo dos navios que regressavam ao cais”. Essa afirmativa evidencia que a “guerra” continuaria, mas agora no

² Muitas dessas pessoas nasceram nas ex-colônias e sequer haviam estado em Portugal. Com isso, Fernando Pimenta Tavares (2017) defende que a melhor “classificação” seria a de *deslocados*, isto é, “pessoas que foram constrangidas a deixar as suas casas, mas que não cruzaram nenhuma fronteira internacional” (PIMENTA, 2017, p. 103). Neste trabalho, usaremos tanto as classificações de *retornados* quanto de *deslocados* para se referir às pessoas que saíram das ex-colônias com destino a Portugal no período de 1973 e 1976, visto que as obras selecionadas para análise utilizam o termo “retornado”.

processo de desconstrução da ideia de “império”, além da reintegração dos deslocados em Portugal. Nesse sentido, é válido ressaltar que as questões que envolvem esse “retorno”, por terem diversas implicações sociais, econômicas e culturais na sociedade, não foram tão discutidas de imediato. A compreensão dessa nova etapa da história de Portugal demorou para ser processada e ainda o é. Com isso, podemos considerar o que Fernando Tavares Pimenta aponta:

[...] o êxodo das minorias brancas das colónias portuguesas permanece um assunto pouco estudado, inclusivamente pelos historiadores que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa, sendo na maior parte das vezes objeto de um exame sucinto e pouco problematizador dos factos históricos. (PIMENTA, 2017, p. 100).

Até mesmo a literatura pós-25 de abril não teve como foco, em um primeiro momento, os assuntos que envolviam os retornados, visto que se voltou mais, como vimos no capítulo anterior, às questões referentes à Guerra Colonial. Ainda assim, esse assunto, como destaca Pimenta (2017), inspirou obras de ficção literária, podendo-se considerar, com isso, que as narrativas vão trazer o tema dos retornados antes mesmo de se ter estudos históricos mais efetivos sobre ele. Com base nesses aspectos, selecionamos três obras para analisar como a literatura retrata essas pessoas que chegaram em Portugal nos anos de 1974 e 1975 mais propriamente e as dificuldades enfrentadas por elas.

A primeira obra selecionada é *O esplendor de Portugal*, publicada pela primeira vez em 1997, de António Lobo Antunes. Ela se divide em três partes, de modo que, em cada uma delas, a perspectiva de Isilda, a mãe, intercala-se com um de seus filhos, sendo Carlos, Clárisse e Rui respectivamente. A narrativa apresenta estes três, que são obrigados a ir para Portugal após o 25 de abril de 1974 e que enfrentam muitas dificuldades no processo, e Isilda, que permanece em Angola mesmo com a Guerra Civil. Nesse sentido, o esplendor de Portugal, tão reforçado pelo Estado Novo, é ironizado logo no título, e se mostra mais como um contexto de decadência, que assolou tanto a antiga metrópole quanto as ex-colônias. Assim, o romance nos conduz para o interior dos anos de 1978 a 1995 em Portugal e em Angola, de forma que há uma fragmentação tanto da narrativa quanto dos próprios personagens inseridos nesse período.

O segundo livro é *Caderno de memórias coloniais*, publicado em 2009, da autora portuguesa Isabela Figueiredo. Nele, somos conduzidos por uma narrativa intimista, marcada por memórias, em que a narradora apresenta sua perspectiva como uma criança branca, filha de portugueses, nascida em Moçambique e que cresceu no período de colonização. Assim

como os filhos de Isilda, a narradora, com o cenário de guerra que se instaurou na colônia, foi obrigada a ir para Portugal. Nesse sentido, ela apresenta como foi a sua ida para a metrópole, o que nos dá uma noção de como o processo foi difícil para tantos retornados. Além disso, ela desconstrói a noção de que a colonização foi algo benéfico para as colônias em África, apontando o racismo, a violência e a exploração aos quais os negros eram submetidos. Ao fazer isso, a narradora também entra em embate com a própria figura do pai, que evoca, ao mesmo tempo, sentimentos de saudade, de proteção e de repulsa, visto que ele era um colonizador.

A terceira obra selecionada é *O retorno*, da escritora portuguesa Dulce Maria Cardoso, publicada pela primeira vez em 2012. Ela é narrada por Rui, um adolescente que nasceu em Angola e que é obrigado, assim como os personagens dos outros dois livros, a ir para Portugal com a família para fugir da violência que se instaurou nas ex-colônias em África após a independência delas. Rui nos conduz pelo processo de ida para a antiga metrópole, a começar pelo cenário que os fizeram ir embora de Luanda. Seu pai foi preso em Angola e só consegue reencontrar a família muito tempo depois. Assim, o adolescente, sua irmã e sua mãe são encaminhados, já em Portugal, para um hotel, onde permanecem por um longo período, até o retorno do pai. A narrativa, desse modo, expressa a realidade de muitos retornados, como por exemplo, o fato de não ter familiares que os pudessem ajudar ou empregos, o que demonstra os desafios da integração dessas pessoas após a Revolução dos Cravos.

3.1 A insustentável permanência em África e os desafios no deslocamento para Portugal

Com a Revolução dos Cravos em 1974, as colônias em África passaram a ser um ambiente hostil e violento, intensificado após 1975 pelo clima de tensão resultante da Guerra Civil que se iniciava nos países africanos de língua portuguesa. Assim, “os brancos tornaram-se no alvo dos ressentimentos de muitos africanos, ou seja numa espécie de bode expiatório das desigualdades, do racismo e das injustiças produzidas pelo colonialismo português” (PIMENTA, 2017, p. 123). Esse cenário de violência e também de medo pode ser observado nas três obras, a começar por *O esplendor de Portugal* (1999), na voz da mãe Isilda, que permaneceu em Angola mesmo após o 25 de abril de 1974:

Devia ter desconfiado que Angola acabou para mim quando o garoto bailundo com um saco de feijão roubado sob o braço, encostado ao celeiro sob a coronha do cabo, matou dezenas e dezenas de brancos em Luanda, em

Salazar, no Dondo, percorreu as vilas, os musseques e os quarteirões de subúrbio pisando quintais, incendiando moradias, degolando galinhas e pessoas, cachos de cabeças penduradas das árvores, grinaldas de intestinos, crianças que os gatos esventravam entre os vasos de dalias. (ANTUNES, 1999, p. 197).

Em *O retorno*, Rui declara que “Os pretos não começaram logo logo a matar brancos a eito mas quando lhe tomaram o gosto não quiseram outra coisa e os brancos ainda foram embora mais depressa. A cidade foi ficando mais vazia de dia para dia” (CARDOSO, 2013, p. 33) e a narradora de *Caderno de memórias coloniais* que “Tudo era possível nesse tempo sem lei repleto de campos de reeducação. Morrer sempre foi fácil naquela terra, antes ou depois” (FIGUEIREDO, 2019, p. 90). Esses três trechos apontam que o cenário nas ex-colônias deixou de ser favorável aos portugueses. Nas narrativas, é possível acompanhar as notícias que chegavam até os personagens, de famílias que haviam sido mortas e, dessa forma, o medo dos ataques se intensificavam. Somado a isso, podemos observar que a saída dos países africanos pelos personagens foi feita às pressas, de modo que levaram para Portugal apenas o essencial. Existia também a preocupação de haver emboscadas no percurso até o aeroporto e, com isso, a tensão para sair do continente africano aumentava.

Para além do medo, havia um sentimento de revolta dos brancos em relação aos negros, de forma que aqueles que decidiram ir para Portugal não queriam deixar para trás o que haviam construído, conquistado e também usurpado. Assim, havia um desejo de destruição dos próprios bens por parte dos portugueses para que, desse modo, os africanos não pudessem “usufruí-los”, como se observa em “Entre colonos corria a ação ou intenção de queimar a propriedade antes de partir. Destruir o que se deixava, para que nada ficasse para aproveitamento dos negros” (FIGUEIREDO, 2019, p. 149). Entretanto, realizar essa ação era arriscado, como pode ser analisado no trecho de *O retorno*:

O pai não pode ficar a queimar tudo, é muito perigoso, os bens dos colonos que partem pertencem automaticamente à futura nação angolana, nenhum colono pode destruir os bens que a sua ganância amealhou, se o pai for apanhado a deitar fogo à casa e aos camiões matam-no, matam-nos, esartejam-nos à catanada e enfiam os bocados numa fossa, ou espetam-nos em paus à beira da estrada. (CARDOSO, 2013, p. 21-22).

Com base nesse contexto de violência, cada vez mais pessoas decidiram ir para Portugal. Contudo, esse processo de emigração, em um primeiro momento, não parecia ser, como aponta Rita Garcia (2011), uma prioridade do Governo português. De forma complementar a essa perspectiva, indicamos o que destaca Roberta Franco (2019), de que

havia uma falta de eficiência por parte do governo em lidar com as questões referentes a essas pessoas que foram para o país. Isso pode ser entendido, segundo a autora, como uma “má vontade” em recebê-las, como se a chegada de um grande contingente de pessoas reafirmasse o fim do império português e Portugal se negava a aceitar isso, visto que o colonialismo era um aspecto marcante e definidor de sua identidade. A partir desse contexto, as mudanças internas e externas que o país estava enfrentando, resultantes, sobretudo, do contexto de pós-independência das colônias, tornam-se mais visíveis aos olhos da sociedade, tendo como marco as bagagens dos portugueses emigrados de África, colocadas em vários caixotes, que foram deixadas ao lado do monumento Padrão dos Descobrimentos em 1974, em Lisboa.

A partir desse cenário, a concepção do “grande império”, tão reafirmada pelo Estado Novo português, dá lugar a uma outra narrativa, de modo a possibilitar uma visão de Portugal não mais como um país que tem a missão de colonizar outros povos, mas sim como um país em crise em todos os níveis básicos, como saúde e educação. À vista desses aspectos, podemos considerar que as teorias pós-coloniais, conforme ressalta Roberta Franco (2019), são perpassadas pela noção de descentramento, questionando, assim, a autoridade discursiva que o centro retinha. Nesse sentido, elas possibilitam que “outras vozes contribuam para uma nova construção discursiva, que relativizará o discurso oficial” (FRANCO, 2019, p. 28). Com base nessa perspectiva, as obras que selecionamos podem ser entendidas como um espaço para se problematizar as “grandes narrativas” das quais cita Hall (2003), possibilitando a compressão do que foi vivenciado por muitos portugueses que sofreram as consequências dos períodos do Estado Novo e da Guerra Colonial.

No que se refere à viagem de ida para Portugal mais propriamente, havia a dificuldade de conseguir passagens, de forma que as pessoas passavam dias nos aeroportos esperando uma oportunidade de poderem sair das ex-colônias. A partir desse cenário, foi preciso criar, de acordo com Garcia (2011), uma Ponte Aérea especial em 1975 e, mesmo assim, a oferta de passagens não era suficiente para todos. A autora também destaca que esse retorno ocorreu em um momento de crise econômica no país, agravada pela onerosidade da Guerra Colonial, o que dificultou ainda mais a eficácia desse processo. Dessa forma, como ressalta Roberta Franco (2019), a saída de África foi o primeiro obstáculo enfrentado e esse fator pode ser observado nas três obras:

[...] aguardando no aeroporto e no cais semanas e semanas, estendidos em cobertores, mantas, trouxas, por um avião ou um barco impossíveis, traficando entre nós, de papel e lápis na mão em negociações ridículas, moradias, propriedades, automóveis que não havia já, oferecendo a colheita

inteira ou os terrenos que possuímos no Cuíto por um lugar no porão, [...]. (ANTUNES, 1999, p. 247).

O aeroporto tão diferente do aeroporto das tardes de domingo em que o pai nos trazia para vermos os aviões, há centenas de pessoas à nossa volta, centenas ou milhares, não sei, nunca vi tanta gente junta, nunca vi uma confusão tão grande, tantas malas e tantos caixotes, tanto lixo, lixo, lixo e mais lixo. (CARDOSO, 2013, p. 59).

Além de “1975, novembro. Voos da TAP³ esgotados há meses, para qualquer destino” (FIGUEIREDO, 2019, p. 119) e “O aeroporto estava cheio: barulhos de coisas e pessoas, cheiro a suor, ansiedade, medo, perda” (*ibidem*, p. 130). Todos esses trechos demonstram o ambiente caótico da ida para Portugal, no qual o desespero para sair das ex-colônias aumentava. Isso se soma a uma espécie de insatisfação dos portugueses de ter que deixarem África, tendo somente incertezas do que os esperaria em Portugal: “amanhã já não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou” (CARDOSO, 2013, p. 14).

Garcia (2011) aponta que, após 1973, conforme o Censos de 1981, mais de meio milhão de pessoas chegaram a Portugal vindas das ex-colônias. Para elas, o “sonho africano” havia acabado, dando lugar a um período de revolta e de grandes dificuldades de sobrevivência. Somado a isso, é válido ressaltar que essas pessoas foram classificadas como *retornadas*, um termo que se tornou depreciativo e preconceituoso. Elas eram consideradas, conforme Garcia (2012), como “portugueses de segunda”, além de “exploradores de negros, habituados à boa vida e servidos por um exército de criados domésticos” (GARCIA, 2012, n.p). Com a crise econômica em Portugal, os portugueses, ainda segundo Garcia (2012), enfrentavam diversos problemas, como a escassez de empregos e de lugares para morar. Assim, eles viam os retornados como “adversários dispostos a roubar-lhes trabalho, habitação e dinheiro” (GARCIA, 2012, n.p). Nesse sentido, os deslocados não eram acolhidos nem nas ex-colônias e nem em Portugal, como expõe Isilda em *O esplendor de Portugal*:

Os que não engordarem o caju esartejados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos pelos americanos, os russos, os franceses, os ingleses que nos não aceitam aqui para chegarmos a Lisboa onde nos não aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguel em quarto de aluguel nos subúrbios da cidade, [...]. (ANTUNES, 1999, p. 244-245).

³ Companhia aérea portuguesa: “Transportes Aéreos Portugueses”.

Ao chegarem em Portugal, os retornados eram incentivados, conforme dito por Garcia (2012), a procurarem familiares que os pudessem ajudar. A narradora de *Caderno de memórias coloniais*, ao chegar à antiga metrópole, foi morar com a avó. A transição para esse novo local se mostrou difícil, uma vez que a realidade vivenciada era muito diferente em relação a de Moçambique:

Só nesse ano percebi o que o meu pai dizia quando explicava que não éramos pobres nem ricos, mas remediados. Ser pobre era dormir num colchão de palha. Ser pobre era comer toucinho cozido com batatas e couves. Ser pobre era tomar banho numa bacia larga, no pequeno pátio, junto ao tanque onde a minha avó lavava para fora a roupa de senhoras que lhe pagavam. Ser pobre era ouvir a minha avó dizer que mais valia lavar roupa para fora do que estudar, porque estudar não dava de comer a ninguém. Era viver num quarto cuja pequena janela dava para o galinheiro, e vender pombos, borrachos e galinhas a chorar por vê-los partir, porque o dinheiro calava o afeto e a dor. (FIGUEIREDO, 2019, p. 142).

Entretanto, muitos deslocados não tinham familiares a quem pudessem recorrer e ficam dependentes da ajuda do Estado para conseguirem se estabelecer. De acordo com Garcia (2012), eles tiveram que deixar a maioria de seus bens nas ex-colônias, sendo obrigados a irem para Portugal com bagagens e dinheiro limitados pelo Estado, dificultando ainda mais o processo de transição. Assim, ainda segundo a autora, foram criados programas para atenderem as necessidades básicas frente a essa emergência nacional, como o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN). Por meio dele, essas pessoas tinham acesso, por exemplo, a alojamento, a transporte, à alimentação, à ajuda para obterem trabalho e crédito, entre outros. Rui, em *O retorno*, diz:

Em quase todas as respostas uma palavra que nunca tínhamos ouvido, o IARN, o IARN, o IARN. O IARN paga as viagens para a terra, o IARN põe-nos em hotéis, o IARN paga o transporte para os hotéis, o IARN dá-nos comida, o IARN dá-nos dinheiro, o IARN ajuda-nos, o IARN aconselha-nos, o IARN pode informar-nos. Nunca tinha ouvido tantas vezes uma palavra, o IARN parecia mais importante e mais generoso do que deus. Explicaram-nos, IARN quer dizer Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais. Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá. (CARDOSO, 2013, p. 77).

Ele e a família ficaram instalados em um hotel de luxo por um longo período, como muitos outros retornados. É válido considerar que, por haver um grande contingente de pessoas, os locais de alojamento ficaram superlotados, de forma que, em muitos casos, as

condições básicas não eram atendidas, como alimentação, gerando um grande descontentamento. Podemos observar isso nas reclamações feitas pelas pessoas que estavam instaladas no mesmo hotel que Rui: “quartos sobrelotados que não oferecem condições mínimas aos que neles têm de habitar, esperas para todas as refeições que chegam às duas horas [...], a comida de péssima qualidade, prova da falta de consideração com que somos tratados” (CARDOSO, 2013, p. 118). Ao contrário de Rui e a família em *O retorno*, os personagens Carlos, Rui e Clarisse em *O esplendor de Portugal*, ao chegarem em Portugal, não se estabeleceram em algum alojamento proporcionado pelo Estado. Além disso, não há indícios na obra de que eles possuíam familiares no país que os pudessem ajudar, como foi o caso da narradora de *Caderno de memórias coloniais*. Carlos, por ser o irmão mais velho, foi o primeiro a começar a trabalhar, na tentativa de sustentar a si e a seus irmãos e conseguem se estabelecer em um pequeno apartamento.

Com base nos aspectos considerados, as três obras apresentam cenários que nos possibilitam compreender e analisar como foram os processos de emigração para Portugal e a integração dessas pessoas no país, apresentando a perspectiva delas em relação a esse contexto. Além disso, a partir dessas narrativas descentradas da noção de “império português”, as obras expõem as consequências dos processos de colonização e de descolonização para a sociedade portuguesa. Com isso, é válido ressaltar que os desafios enfrentados vão além de fatores econômicos, como veremos adiante.

3.2 Então a metrópole afinal é isto: a realidade em Portugal em contraposição aos discursos oficiais do Estado Novo

Esta afirmativa “Então a metrópole afinal é isto” (CARDOSO, 2013, p. 65) marca a chegada de Rui e a família em Portugal. Esse sentimento de decepção e descontentamento em relação à antiga metrópole perpassa as três obras. Como já discutimos no capítulo anterior, o Estado Novo português tinha a noção de ser o “centro” para as suas colônias. Com o processo de colonização, havia a construção e a imposição de uma imagem idílica de Portugal, como expõe Eduardo Lourenço (2016), além de uma narrativa baseada no “mito imperial”, como aponta Fernando Rosas (2018). Essa visão de grandiosidade do país era difundida nas então colônias. Com a Revolução dos Cravos em 1974 e a independência das colônias em 1975, os portugueses que viviam em África, como vimos anteriormente, foram obrigados a se deslocarem para a antiga metrópole. Todavia, a chegada a Portugal foi um choque para muitos retornados que nunca haviam lá estado, visto que esperavam encontrar um lugar que

realmente contemplasse toda a grandiosidade pregada e reafirmada nos discursos do Estado Novo. Rui afirma que “Tudo o que diziam da metrópole é mentira” (CARDOSO, 2013, p. 234) e também podemos considerar os trechos:

Portugal não era um país pequeno, era o que estava escrito no mapa da escola, Portugal não é um país pequeno, é um império do Minho a Timor. A metrópole não pode ser como hoje a vimos no caminho que o táxi fez, ninguém nos ia obrigar a cantar hinos aos sábados de manhã se a metrópole fosse tão acanhada e suja com ruas tão estreitas onde parece que nem cabemos. (*Ibidem*, p. 83).

A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo reventadas de frio e excesso de toucinho com couves. Que triste gente! (FIGUEIREDO, 2019, p. 157).

Havia, portanto, um sentimento de frustração dos retornados em relação a Portugal e à sociedade portuguesa, o que dificultou ainda mais o processo de integração deles nesse novo espaço. Eles não se sentiam pertencentes à antiga metrópole e as ex-colônias já não poderiam mais ser consideradas como suas casas. Rita Garcia (2011) expõe que os que emigraram tinham esperanças de um dia retornarem à África. A autora também ressalta que muitos deles não conseguiram se adaptar à vida em Portugal, tornando-se pessoas infelizes e amarguradas, como constatamos na fala de Rui, irmão de Carlos: “penso no que aconteceria se tomasse todos os comprimidos de dormir do móvel com três portinhas em espelho da casa de banho” (ANTUNES, 1999, p. 328). À vista disso, Roberta Franco (2019) destaca que o maior problema dos retornados era a readaptação identitária. Assim, consideramos a colocação de Maurice Halbwachs (2006):

[...] quando algum acontecimento [...] obriga a que nos transportemos a um novo ambiente material, antes que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvésemos deixado para trás toda a nossa personalidade: tanto isso é verdade, que as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu. (HALBWACHS, 2006, p. 157).

Com base nisso, a vivência em África, para além de marcar a colonização portuguesa, estava inscrita na identidade dos deslocados. Eles não se sentiam pertencentes a Portugal e tampouco podiam retornar às antigas colônias e são obrigados, desse modo, a tentarem se readaptar. Entretanto, somado às dificuldades de conseguir emprego e moradia, relacionadas mais propriamente a questões econômicas, havia o preconceito por parte da sociedade

portuguesa. Garcia (2012, n.p) aponta que “As desconfianças em relação à multidão de intrusos eram enormes e não só devido a assuntos laborais: quem cá estava estranhava o sotaque, as roupas, a abertura de espírito e até os hábitos culturais de quem chegava”. Nesse sentido, os retornados saíram de África para fugirem de uma guerra e da violência resultante dela e, ao chegarem em Portugal, ao contrário do que imaginaram – um lugar seguro para recomeçarem suas vidas –, iniciam uma luta para conseguirem se integrar nesse novo espaço.

A narradora de *Caderno de memórias coloniais* era alvo de discursos ofensivos: “Em Portugal, habituei-me cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou me vestir de vermelho ou lilás” (FIGUEIREDO, 2019, p. 137). Rui, em *O retorno* (2013), era tratado de maneira diferente pela professora por ser retornada:

A puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado numa fila só para retornados. A puta a justificar-se, os retornados estão mais atrasados, sim, sim, devemos estar, devemos ter ficado estúpidos como os pretos, e os de cá devem ter aprendido muito depois da merda da revolução, se for como em tudo o resto devem ter tido umas lindas aulas. (CARDOSO, 2013, p. 139-140).

E Carlos, em *O esplendor de Portugal*, sente-se injustiçado pelo trabalho. Isso expressa uma mudança na condição de colonizador que ele ocupava em Angola, na qual possuía africanos escravizados que eram obrigados a servi-lo, para a de alguém que necessita trabalhar e, por estar na condição de retornada, ganha pouco. Ele, então, sente-se explorado:

[...] era a mim não à minha irmã que eu achava desgraçada, a contar tostões ansiosos do princípio ao fim do mês longe da Baixa do Cassanje, do cheiro do algodão, da Maria da Boa Morte, dos criados que faziam por mim com vontade ou sem vontade o que eu tinha que fazer agora sem vontade nenhuma, eu um criado agachando-se numa cubata da Ajuda com o mesmo rio, a mesma solidão e a mesma eternidade amarga ao pé de mim. (ANTUNES, 1999, p. 71).

Nesse contexto, como destaca Boaventura de Sousa Santos (2008), é possível problematizar que o colonialismo, mesmo depois de ter acabado, permanece, dentre outros aspectos, nas relações sociais. Os deslocados são vistos como exploradores dos africanos, ou seja, como os colonizadores, e, assim, havia uma noção de que eles mereciam as dificuldades pelas quais enfrentaram ao chegarem em Portugal, como expõe Rui: “[...] as famílias da metrópole ficam satisfeitas com o castigo que se abateu sobre os exploradores dos pretos” (CARDOSO, 2013, p. 166). No entanto, também é preciso questionar àqueles que estiveram à

frente do processo de colonização e que permaneceram na antiga metrópole, isto é, os que estiveram à frente do Governo português. Assim como vimos no capítulo anterior, recaiu sobre os soldados o peso de destruição da Guerra Colonial, excluindo-se, em muitos dos discursos, os mandantes dessa guerra. Sob o mesmo padrão, os retornados sofreram as consequências de um país que insistiu na sua posição de colonizador, imagem que sustentou sua identidade por muitos séculos. Contudo, os deslocados se tornam o indicativo de que o império estava derrotado e que precisava voltar o seu olhar para si próprio, enquanto pequeno território na Europa.

Com base nas análises realizadas, consideramos que a Literatura, no caso deste trabalho, por meio das obras selecionadas, é um espaço para se questionar os processos de colonização e descolonização de Portugal, bem como de Guerra Colonial, e suas consequências. Desse modo, a literatura abriu espaço para que “a questão saísse do espelho político-administrativo, onde as decisões eram tomadas, e do espaço doméstico, onde as famílias velavam seus mortos” (FRANCO, 2019, p. 71). Assim, esse período pode ser entendido e analisado de forma mais ampla, de modo a considerar outras perspectivas e discursos – não os tão difundidos pelo Estado Novo português –, como a visão dos retornados. No capítulo seguinte, iremos analisar as narrativas que partem da visão dos retornados, representando, por um lado, as fraturas que os contextos de guerra e de retorno ocasionaram aos personagens, e por outro, um entendimento da relação com os negros muito marcado pelo colonialismo.

4 CAPTURAR O PASSADO: A LITERATURA E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES NARRATIVAS

A narrativa é como um meio artesanal de comunicação, como assinala Walter Benjamin (2012). Ela “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (*ibidem*, p. 221). Nesse sentido, as narrativas podem ser diversas, visto que, conforme o filósofo, há diferentes experiências às quais o narrador pode recorrer – a sua própria ou a de outro. Essa forma artesanal de comunicação se relaciona com o passado e Benjamin expõe que ele só se deixa capturar no instante em que é reconhecido, visto que a sua verdadeira imagem “passa voando”, e a narração pode ser uma forma de fixá-lo. Com base nesses pontos, as obras literárias podem capturar o passado, possibilitando diferentes perspectivas acerca dele, como é o caso da ida dos retornados para Portugal após a Revolução dos Cravos em 1974.

As narrativas referentes a esse contexto, ficcionais ou não, expõem, em sua grande maioria, o processo conflituoso que circundou esse deslocamento para a ex-metrópole, a começar pela saída dos países africanos, como vimos no capítulo anterior. Elas apreendem esse passado através de memórias e de experiências próprias e também de outras pessoas. À vista disso, as narrativas que tratam desse deslocamento fraturam uma “Verdade” defendida pelo Estado Novo português, que seria a soberania e a grandiosidade da nação e que se relacionam ao que Beatriz Sarlo (2007) aponta sobre os “relatos da memória”. Eles seriam uma forma de enfrentamento da alienação, de modo que manifestam “verdades subjetivas” que antes eram ocultadas. Essa noção se enquadra no período posterior ao 25 de abril de 1974 em Portugal, no qual há a possibilidade para que outras percepções sejam consideradas.

Um outro aspecto a ser explorado é o caráter testemunhal dessas obras, já que os testemunhos são, segundo Paul Ricoeur (2003), uma extensão da memória em sua fase narrativa. É possível relacionar essa concepção à colocação de Sarlo (2007), de que eles podem ser entendidos como uma forma de reconstrução do passado, sobretudo em cenários nos quais outras fontes foram apagadas ou silenciadas. Desse modo, observamos que as noções de memória, de narrativa e de testemunho estão interligadas. É válido ressaltar também que ele não consegue, segundo a autora, representar a totalidade dos acontecimentos vividos e a intensidade deles para os sujeitos. Nesse sentido, Sarlo (2007), a partir de suas leituras de Primo Levi, indica que as memórias que compõem esses relatos resgatam

experiências que foram marcantes, singulares ou terríveis, tendo, dessa forma, um caráter seletivo, como indica Ricoeur (2003).

Mesmo havendo essa espécie de seleção, que resulta em uma fragmentação das memórias, elas tecem perspectivas que compõem a memória coletiva. Esta foi importante, segundo Jacques Le Goff (1990), na luta das forças sociais pelo poder. Segundo ele, controlar os processos da memória e do esquecimento foi uma das grandes preocupações daqueles que dominaram as sociedades. A partir dessa concepção, percebemos como o Estado Novo português foi marcado pela censura e muitos acontecimentos desse contexto sofreram silenciamentos, tanto na antiga metrópole quanto nas ex-colônias. Assim, “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 368). Diante desses aspectos, as narrativas testemunhais, constituídas de memórias, são importantes para revelar as ruínas decorrentes desse contexto. Com base nisso, podemos considerar o apontamento de Beatriz Sarlo:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiado às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido. (SARLO, 2007, p. 20).

Retomando a noção de que as obras literárias podem apreender o passado, é válido ressaltar o que expõe Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 71), quando afirma que a literatura, “[...] do ponto de vista do testemunho [...] passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real”. Nesse sentido, os três últimos livros selecionados para o nosso *corpus* de análise – *O esplendor de Portugal* (1999), de António Lobo Antunes, *Caderno de memórias coloniais* (2019), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2013), de Dulce Maria Cardoso – apresentam um caráter testemunhal, perpassado por diferentes narrativas e memórias sobre o contexto de permanência em África, mesmo após a Revolução dos Cravos, e de ida para Portugal. Elas se associam à noção apontada por Benjamin (2012), com narrativas que adentram na vida dos narradores para depois retirá-las deles. Somado a isso, as obras também podem ser entendidas sob a perspectiva de Sarlo (2007), como uma espécie de relatos testemunhais que contribuem para a reconstrução desse passado, mesmo que ficcionais.

4.1 Narrativas de sujeitos fragmentados

Com o processo de deslocamento para Portugal, os retornados tiveram suas vidas fraturadas em diferentes âmbitos e esse aspecto pode ser analisado nas três obras. *O esplendor de Portugal* constitui-se de narrativas compostas por memórias, de modo que os acontecimentos surgem como *flashes* e são, em muitos momentos, retomados pela repetição de frases ou de trechos. Essas características expressam o caráter fragmentário da estrutura da obra, que não é linear. Com base nisso, podemos considerar que a fragmentação dos personagens reflete na fragmentação da narrativa e é possível analisar essa concepção a partir do personagem Carlos. Após ir para Portugal com os irmãos, ele começou a trabalhar e, durante três anos, sustentou financeiramente a sua família:

Aguntei-os na Ajuda sem um protesto três anos seguidos suportando até aos limites da paciência as maluquices de um e os caprichos da outra, ele a esbracejar no chão da cozinha na alcatifa e ela, mal me apanhava nas costas porque tenho de ganhar a vidinha a deitar Lisboa inteira na cama, chegava a casa estafado do trabalho e a Clarisse muito à vontade repimpada no sofá, a fumar cigarros de filtro dourado que cheiravam para burro imitando tabaco turco, a mamar do meu anis na companhia de um espertalhão de bigodinho qualquer. (ANTUNES, 1999, p. 65-66).

Após esse período de três anos, Carlos colocou Rui em uma clínica e expulsou Clarisse de casa e não os viu mais. Isto posto, quinze anos depois, Carlos decide convidar os irmãos para passarem o Natal com ele e a esposa, Lena. Na véspera do dia 25 de dezembro, ela diz para ele “Já não vês os teus irmãos há quinze anos” (ANTUNES, 1999, p. 9) e depois “Puseste-os na rua e agora queres os teus irmãos de volta se fosse a ti não esperava visitas logo à noite Carlos” (*ibidem*, p. 11). Essas duas frases se repetem durante todo o capítulo e esse fator reafirma o sentimento de angústia da espera de Carlos, bem como a separação da família dele após irem para Portugal, fugindo da guerra. Esse movimento de repetição expressa a presença do passado no presente da narrativa e dá mais enfoque a situações difíceis de serem processadas. Com isso, podemos considerar que: “a memória [...] sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 4). Dessa forma, as memórias dos personagens são seletivas e esse traço influencia na estrutura fragmentária da narrativa.

Já a mãe de Carlos decidiu permanecer em Angola e acompanhamos, nos capítulos em que ela narra, a transição de sua condição de vida no contexto de guerra que se instaurou no país após o 25 de abril. No início, ele não parecia a afligir: “Escrever aos meus filhos a tranquilizá-los porque apesar da guerra nem um pé de milho, uma cabra, uma galinha nos furtaram, a normalidade habitual, um sossego completo, tranquilizá-los visto não haver razão para sustos na Baixa do Cassanje” (ANTUNES, 1999, p. 29). Entretanto, essa condição de “normalidade habitual” avança para o momento em que ela é obrigada a deixar a casa em que morava, visto que havia sido ocupada por soldados, e passa a viver sob condições precárias. Essa realidade era comum aos portugueses que decidiram permanecer nas colônias durante a Guerra Colonial e se agravou após a Revolução dos Cravos. Rita Garcia (2011) destaca que em Angola, nesse período, “para onde quer que se virasse, via gente desamparada, sem tecto, nem roupa, nem dinheiro. Tudo o que lhes restava era fome, tristeza, raiva e desalento” (GARCIA, 2011, n.p), e podemos acrescentar morte.

Isilda ainda tentava manter contato com os filhos através de cartas endereçadas a Carlos, mas não recebia nenhuma resposta, já que ele se recusava a abrir a correspondência enviada pela mãe. Carlos não compreendia o porquê de a mãe o ter mandado junto com os irmãos para Portugal, onde passaram muitas dificuldades para se estabelecerem, sendo que ela permaneceu em Angola: “Se sentiu feliz por nos embarcar há dezoito anos no navio de Lisboa com a desculpa da guerra civil, do que faziam aos brancos, dos cubanos, da África do Sul, e voltou para o Cassanje a mandar na plantação sem a gente nem a Lena a estorvá-la” (ANTUNES, 1999, p. 17). Desse modo, a comunicação entre a família se desintegra. Carlos espera os irmãos para o Natal e, no entanto, eles não aparecem, Isilda espera respostas dos filhos, que não chegam, e Clarisse e Rui parecem estar alheios aos problemas que os primeiros enfrentam. A obra apresenta, assim, a fragmentação física, psicológica e emocional dessa família, sobretudo a partir da ida dos irmãos para Portugal.

Caderno de memórias coloniais, de Isabela Figueiredo, é uma obra constituída por memórias de um passado marcado pelo colonialismo em Moçambique. É possível analisar essa evocação e narração delas pela personagem-narradora como uma tentativa de compreender o seu passado como uma filha de colono que vivia em África, a sua relação com o pai, que transitava entre amor, idolatria e, em alguns momentos, repulsa, e a ligação dele com o colonialismo. Somado a isso, ela também reflete acerca das diferenças estabelecidas entre brancos e negros, a sua vivência em Portugal como retornada, longe de seus pais, que permaneceram em África, e tantos outros fatores que não compreendia na sua infância. Todos esses pontos indicam as fraturas e marcas que o colonialismo e a guerra deixaram na vida da

personagem. Podemos considerar o trecho em que ela, ainda criança, depara-se com uma situação recorrente no mundo colonial e que demarcava as desigualdades entre as raças:

Os pretos começavam a pedir trabalho às nossas portas desde crianças, rapazes e raparigas. Batiam ao portão, abríamos, e apareciam crianças esfarrapadas, descalças, ranhosas e esfomeadas de farinha dirigindo-nos as poucas palavras que conheciam, “trabalho, patrão”. Crianças da minha idade ou mais novas. *Abria a porta aos pedintes e ficava a olhá-los sem palavras. Não compreendia.* (FIGUEIREDO, 2019, p. 45, grifos nossos).

As memórias narradas por ela se relacionam às próprias experiências da autora, de forma que a obra possui, assim, muitos traços autobiográficos. Isabela Figueiredo diz: “Este livro é parte do meu corpo. E minha história, que não pode ser modificada em retrospecto, ficará para sempre ligada a ele” (FIGUEIREDO, 2019, p. 180). Esses relatos de memórias, que se misturam entre ficcionais e as realmente vivenciadas pela autora, demonstram um enfrentamento da alienação, apontada por Sarlo (2007) e já citada anteriormente, e que, nesse caso, diz respeito às questões referentes ao colonialismo. A personagem testemunhou o racismo e a discriminação decorrentes desse contexto e, ao narrar sobre isso, assume uma tarefa que é também política: “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)” (GAGNEBIN, 2006, p. 47). Desse modo, podemos destacar também que:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: *a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável*, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. (SARLO, 2007, p. 24-25, grifos nossos).

Já a obra *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, apresenta uma estrutura diferente das outras duas, visto que Rui narra no presente à medida que os acontecimentos vão ocorrendo. Ele faz uma espécie de relato, apresentando as situações que ele e a família enfrentam e acompanhamos a relação que ele tinha com Angola, suas expectativas acerca de Portugal e o seu desapontamento ao chegar na ex-metrópole. Nesse sentido, Rui traça um fio condutor sobre o processo de deslocamento, desde a partida até o momento em que ele e a família conseguem se estabelecer no país, como ocorreu com milhares de portugueses. Isso expressa o caráter testemunhal da narrativa de Rui e pode ser entendido como uma forma de se

enfrentar os silenciamentos desse contexto a partir de aspectos da memória coletiva dos retornados.

Esse movimento narrativo também se relaciona ao que Benjamin (2012, p. 217) indica, de que “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Nesse sentido, o livro de Dulce Maria Cardoso também aponta para as fraturas dos deslocados. Em grande parte da narrativa, há a expectativa e a angústia de Rui, de sua irmã e de sua mãe pela chegada do pai, que havia sido capturado pelos negros em Angola antes de a família partir para Portugal. Eles se separam durante o que parece ser um longo período, demonstrando também a fragmentação dessa família, que é física, psicológica e emocional, e que se inicia já no contexto de guerra que os fazem sair de Angola. Rui se mostra inconformado, sem saber como ajudar sua família. A mãe se sente perturbada, sobretudo pela falta do marido e por ter que passar um prolongado tempo morando em um hotel com os filhos. A irmã se sente triste e deslocada na ex-metrópole:

A minha irmã às vezes olha-se ao espelho e fica com lágrimas nos olhos, lá gozava quando a via choramingar mas agora é diferente. Estar na metrópole ainda é pior para as raparigas, os rapazes de cá não querem namorar com as retornadas. Se for para gozar está bem mas para namorar não, os rapazes de cá dizem que as retornadas lá andavam com os pretos. E as raparigas de cá não querem ser amigas das retornadas para não serem faladas, as retornadas têm má fama, usam saias curtas e fumam nos cafés. (CARDOSO, 2016, p. 143).

Com base nos pontos considerados, as três obras expressam a fragmentação dos personagens, que se inicia no contexto conturbado de Guerra Colonial e se intensifica no processo de ida para Portugal e na adaptação no país. Essa fratura também ocorre ao terem que reconstruir suas identidades, constantemente relacionadas à designação depreciativa de *retornado*, além de terem que se deparar com situações que não imaginavam enfrentar, como a separação de suas famílias nesse processo. Nesse sentido, os livros capturam o passado, para utilizar a perspectiva de Benjamin (2012) e que se refere ao período pós-25 de abril. Isso ocorre através de uma perspectiva testemunhal, que parte de memórias individuais e coletivas e apresenta um compromisso com esse contexto real, retomando a colocação de Seligmann-Silva (2008) sobre a relação entre literatura e testemunho. Assim, as obras contribuem para a reconstrução desse passado, enfrentando a noção de “Verdade” citada no começo do capítulo, que era defendida pelo Estado Novo. Essas obras partem de perspectivas diversas e, para além

de exporem as narrativas sob o ponto de vista dos deslocados, também expressam marcas do colonialismo nesse processo.

4.2 A cisão do mundo colonial: lembrar o passado para não o repetir

O Estado Novo salazarista, sobretudo no século XX, incentivava os portugueses a irem para as colônias em África, em uma tentativa de povoamento e de desenvolvimento desses espaços, visando também a obtenção de lucros. O Governo, nesse sentido, “procurava em África não só uma compensação pela perda do Brasil, mas também uma subida qualitativa no desenvolvimento económico do país” (RIBEIRO, 2003, p. 16). Muitos portugueses, tendo em vista melhores condições de vida, decidiram partir com suas famílias para as colônias africanas e lá se estabeleceram. No período da Guerra Colonial, eles esperavam que a independência das colônias seria benéfica: “Muitos portugueses [...] que secretamente defendiam a autonomia de Angola acreditaram que a revolução de Abril de 74 seria o início de uma transição positiva para todos” (GARCIA, 2011, n.p). Entretanto, com a Revolução dos Cravos em 1974, a vivência dos portugueses em África se tornou insustentável. Segundo Garcia (2011), havia, nas colônias, a falta de tudo, sobretudo de alimentos e de medicamentos. Somado a isso, com a guerra, a violência aumentou e “[...] o medo se apossou da população branca, de tal forma que, todas as semanas, estavam a sair da colónia cerca de mil brancos. (PIMENTA, 2017, p. 110). Os portugueses foram obrigados, com base nesse cenário de decadência e de tensão, a se deslocarem para a antiga metrópole, deixando basicamente tudo que haviam construído nas ex-colônias, ou seja, foram “despojados dos seus bens” (GARCIA, 2012, n.p).

A partir disso, cresceu neles um sentimento de raiva, em que “Muitos não sabiam quem culpar por aquela partida do destino; outros responsabilizavam a revolução e a promessa de liberdade que ela trouxera aos pretos, essa gente que não se sabia governar” (GARCIA, 2011, n.p). Assim, a indignação de muitos portugueses também se direcionava aos africanos e era marcada por narrativas que partiam de uma perspectiva eurocêntrica e colonialista. Podemos considerar, com base nisso, o que aborda Inocência Mata (2004), de que “[...] o discurso eurocêntrico tem um substrato ideológico comum ao discurso colonialista, imperialista e racista” (MATA, 2004, p. 34). Ele apresenta a noção de que os negros seriam inferiores e que deveriam ser civilizados. À vista disso, podemos considerar que essas perspectivas perpassam as três obras aqui analisadas – *O esplendor de Portugal* (1999), *Caderno de memórias coloniais* (2019) e *O retorno* (2013).

No caso da primeira, de Lobo Antunes, há um aspecto que demarca o preconceito de raça na sociedade colonial. Carlos era, na verdade, mestiço. Seu pai havia se relacionado com uma mulher negra e quando a esposa dele, Isilda, descobriu, decidiu comprar o menino, já que a mãe biológica não tinha condições de criá-lo. Ele era branco: “uma criança completamente branca [...] lábios de branco, nariz de branco” (ANTUNES, 1999, p. 86), com poucos traços que poderiam indicar sua mestiçagem: “reparando bem um vestígio no formato das unhas que nem um médico se lembraria de examinar, uma criança absolutamente branca em que apenas as pretas velhas de brasa de cigarro no interior da boca [...] detectariam” (*ibidem*). Entretanto, a mestiçagem de Carlos fez com que ele fosse desprezado pela família e pelos irmãos. Nas discussões com eles, era essa característica que utilizavam para o atingir, como seu irmão Rui disse “- *Então o Carlos não é nosso irmão Clarisse então o Carlos é irmão dos leprosos não é?*” (ANTUNES, 1999, p. 191).

Comparar os negros a leprosos indica a repugnância que muitos brancos possuíam acerca dos africanos. Esse aspecto se torna ainda mais marcante em relação à avó de Carlos, que não aceitava o fato de Isilda ter criado um menino mestiço. A senhora o colocava em uma posição marginalizada em relação aos outros dois netos, demonstrava um sentimento de nojo quando Carlos se aproximava e via os negros como seres animalizados:

[...] mesmo o Carlos que ninguém julgava mestiço, não parecia mestiço, a minha vó encolhia-se toda se ele a beijava, cheirava-se enojada por cheirar a senzala, tirava a água-de-colônia da algibeira, não lhe oferecia presentes no Natal como à minha irmã e a mim, evitava-o, fingia não o ouvir se falava com ela, a minha avó para quem os africanos eram não uma raça diferente mas uma espécie zoológica distinta capazes até certo ponto de imitar as pessoas e todavia sem nada meu Deus que os aparentasse a nós, basta ver do que se alimentam que até baratas engolem, basta ver como andam, reparar como transportam os filhotes, iguaizinhos aos mandris. (ANTUNES, 1999, p. 145).

Em relação a *Caderno de memórias coloniais*, há, em diversos momentos, as marcas do colonialismo em Moçambique, acentuando essa visão dos africanos como seres inferiores em relação ao branco colonizador. Podemos observar isso em: “Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente a que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, pessoas, seres racionais” (FIGUEIREDO, 2019, p. 59). Assim, os africanos eram tidos como “animais” e como “preguiçosos” e, dessa forma, a exploração seria “[...] apenas o legítimo tratamento de que precisavam os preguiçosos. Um favor que o branco lhes fazia. Civilizar os macacos”

(FIGUEIREDO, 2019, p. 165). Como uma das formas de “civilizar” os negros, eles deveriam servir os brancos:

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Se sorrisse, falasse baixo, com a coluna vertebral ligeiramente inclinada para a frente e as mãos fechadas uma na outra, como se rezasse. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. (FIGUEIREDO, 2019, p. 43).

A partir desses trechos, é visível que o mundo colonial era dividido em dois, como indica Frantz Fanon (1968). Segundo o filósofo, cria-se um clima de submissão e de inferiorização dos explorados, que é sustentada por violências e opressões. Além disso, Fanon (1968) destaca que os espaços ocupados pelo colonizador e pelo colonizado se opõem e são inconciliáveis. Nesse sentido, a narradora do livro de Isabela Figueiredo declara que se sentia impotente frente a essa cisão entre o mundo em que ela vivia e aquele ocupado pelos negros: “Olhava-os muito, e eles a mim. Por exemplo, neste momento estou a olhá-los através do tempo, e há uma perplexidade nos seus olhos, um vazio, uma fome, e *nos meus uma impotência, uma incompreensão que nenhuma razão poderá explicar*” (FIGUEIREDO, 2019, p. 167, grifos nossos).

Já na obra *O retorno*, Rui apresenta um olhar sobre os africanos que parte sobretudo da indignação em relação ao contexto de Guerra Colonial, em que as famílias próximas as dele estavam indo embora de Angola. Entre eles também crescia a revolta em relação aos negros e por terem que deixar o país, e é possível observar essa cisão entre as raças: “Eles não merecem nada. Eles são os pretos. Todos” (CARDOSO, 2013, p. 21) e ainda:

Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe do que a casa gasta. (CARDOSO, 2013, p. 25).

Esse preconceito expresso nos três livros não é uma perspectiva isolada dos personagens, mas sim uma noção que está presente no mundo colonial. Como aponta Frantz Fanon (2008), a existência do negro é condicionada pela do branco, de forma que o primeiro é aprisionado e oprimido pelo segundo. Além disso, os discursos sobre os negros se baseavam

em uma visão estereotipada e cristalizada “[...] é através dos mitos terríficos, tão prolíficos nas sociedades subdesenvolvidas, que o colonizado vai extrair inibições para sua agressividade” (FANON, 1968, p. 41), frequentemente vistos sob uma noção animalizada. Somado a isso, o filósofo destaca que o colonizado faz da colônia o prolongamento da metrópole: “A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado” (FANON, 1968, p. 38). Em certo momento, Fanon (1968) assinala que os colonizados descobrem, então, que a cor de sua pele não vale menos que a do colonizador e que sua vida e a dele são as mesmas, e essa noção causa um impacto nessa estrutura desigual:

Se com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade eu o contrario. Não somente sua presença deixa de me intimidar como também já estou pronto para lhe preparar tais emboscadas que dentro de pouco tempo não lhe restará outra saída senão a fuga. (FANON, 1968, p. 34).

Assim, “O colonialismo [...] é a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (FANON, 1968, p. 46). À vista disso, em *O esplendor de Portugal*, ressaltamos Isilda, que decidiu permanecer em Angola e acaba sendo morta pelos africanos: “erguiam as metralhadoras, fixavam-me com a mira, desapareciam atrás das armas, o modo como os músculos endureceram, o modo como as bocas cerraram e eu a trotar na areia na direção dos meus pais” (ANTUNES, 1999, p. 381). Em *O retorno*, podemos destacar o fato de o pai de Rui ser confundido com o carniceiro do Grafanil, uma pessoa que mandava matar negros e fazia emboscadas para eles. Ele foi capturado por africanos em Angola e chega em Portugal muito tempo depois, com cicatrizes pelo corpo, sobre as quais não falava a respeito: “O silêncio do pai faz com que as cicatrizes contem coisas mais terríveis do que as que o pai poderia alguma vez contar” (CARDOSO, 2016, p. 251). Em *Caderno de memórias coloniais*, podemos destacar o trecho em que a narradora passa por uma situação de violência:

Um jovem negro, que se deslocava rápido na minha direção, sem qualquer intenção aparente, sem sinais que o antecipassem, ao aproximar-se, abraçou-me com o braço esquerdo, esmagou o meu corpo contra si, arrebanhando com a mão direita o meu monte de Vénus, apertando-o com força, como espremeria um caju para sumo. Olhou-me nos olhos, muito perto, sem temor, sem culpa. Largou-me sem palavra, e continuou rápido, sem se voltar. Permaneci na mesma posição, paralisada, muda, com os olhos abertíssimos. Minúsculos pontos brilhantes rebentando ao redor de mim. Não procurei ninguém. Não vi ninguém. (FIGUEIREDO, 2019, p. 111).

É válido considerar ainda que quando a narradora de *Caderno de memórias coloniais* estava prestes a ir para Portugal, seus pais a orientaram a dizer na ex-metrópole aquilo que os negros estavam a fazer com os portugueses em África, toda a violência que se instaurou em Moçambique: “[...] tu vais explicar-lhes que isto não é como eles pensam. Defendem-nos, mas ninguém fala do que nos fazem os pretinhos... Contas tintim por tintim os massacres de setembro. Contas tudo o que nos aconteceu” (FIGUEIREDO, 2019, p. 99). Ela expressa que era portadora dessa mensagem, que se baseava em uma verdade que era a dos seus pais, ou seja, era o ponto de vista dos colonizadores, e declara: “Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (*ibidem*, p. 132).

Com base dos pontos analisados, observamos que há diferentes narrativas que podem ser consideradas acerca do contexto de Guerra Colonial e do deslocamento para Portugal de milhares de pessoas. As três obras apresentam ambientes de tensão, expondo as dificuldades enfrentadas pelos retornados e a indignação e até mesmo resistência deles em partirem de África. Nesse sentido, elas indicam as ruínas e as fraturas decorrentes desse período. É necessário considerar também que um dos pontos de análise sobre ele, e que percorre as três obras, são os discursos marcados pelo colonialismo e que precisam ser problematizados. Eles evidenciam a estrutura colonial, as desigualdades sociais, as violências e os preconceitos que ela apresenta e muitas dessas questões, em diferentes níveis, estão presentes na sociedade atual. Nesse sentido, segundo Jeanne Marie Gagnebin (2006), a rememoração é uma forma de se atentar para o presente e para o ressurgimento do passado na atualidade e, como indica Paul Ricoeur (2003), é dever da memória não esquecer.

Ao lermos essas três obras, somos submetidos à posição de ouvintes e de testemunhas dessas múltiplas narrativas. Como indica Gagnebin (2006), testemunha também seria aquele que permanece para ouvir a narração do outro, mesmo que ela seja insuportável. Segundo a autora, os meios que nos ajudam a não repetir o passado, como os momentos marcados por silenciamentos, desigualdades e preconceitos, são a transmissão simbólica e a retomada reflexiva dele. É por meio dessa retomada que é possível, como coloca Gagnebin (2006), apresentar uma outra história, reinventando e transformando o presente. A literatura, como também um meio artesanal de comunicação, é, desse modo, um espaço possível para se capturar e representar o passado, além de tecer caminhos que nos possibilitam refletir acerca dele.

5 CONCLUSÃO

O percurso de análise realizado neste trabalho contemplou dois momentos de produção da literatura pós-25 de abril. O primeiro deles aborda a década logo após o fim do Estado Novo português e o outro se insere em uma fase que se afasta mais de vinte anos do fim do regime. Nesse sentido, optamos por obras que vão dos anos 1979 a 2012, com o intuito de abarcar as diferentes perspectivas apresentadas sobre a Guerra Colonial e as questões que envolvem os retornados. Com base nisso, observamos que, nessa primeira etapa de produção – *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), de João de Melo, *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge, e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre –, as narrativas se voltam mais propriamente para o cenário de guerra.

Assim, os quatro primeiros romances representam, sob um olhar memorialístico e testemunhal, as dificuldades e as angústias enfrentadas nesse contexto. Somado a isso, as obras expressam as fragmentações físicas e psíquicas ocasionadas por esse ambiente de tensão e de combate, que afetam tanto os soldados portugueses quanto a sociedade dos espaços onde ele ocorria, podendo-se destacar as mulheres. Nesse conjunto de produções, foi possível também refletir sobre como a censura atuava na guerra, como, por exemplo, o fato de os jornais não revelarem as informações reais que a envolviam, como o número de soldados mortos. Além disso, os livros expressam a impossibilidade de falar sobre a guerra, seja por meio da negação do conflito, seja pelos traumas resultantes dela. Com base nisso, as obras possibilitaram reflexões e problematizações acerca da Guerra Colonial e de narrativas sobre Portugal que se baseavam em mitos e que foram reafirmadas pelo Estado Novo português.

Já os romances que se inserem em um segundo momento – *O esplendor de Portugal* (1997), também de Lobo Antunes, *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso – apresentam uma mudança de cenários se comparados aos quatro primeiros. Neste ponto, podemos destacar o autor Lobo Antunes, que possui uma vasta produção, iniciada na década de 70 e que vai ganhando novas perspectivas ao longo do tempo. Devido a essa circunstância, ele está presente nos dois momentos. Isto posto, observamos que o foco desses três livros não é mais o ambiente de Guerra Colonial propriamente, mas transita entre o processo caótico de saída dos personagens de África e do estabelecimento deles em Portugal. Nessas narrativas, o nosso olhar se volta para os retornados e não mais para os soldados portugueses. As tensões giram em torno do medo da violência, das incertezas relativas à chegada na ex-metrópole e das dificuldades enfrentadas nesse decurso. Esses aspectos perpassam a memória coletiva dos retornados, visto

que muitas situações vivenciadas pelos personagens retratam aquelas experienciadas pelos deslocados. Assim, essas três obras representam esse contexto de ida para Portugal, evidenciando um outro lado da história, que parte da visão dos próprios retornados e que expressa a decadência da nação portuguesa.

À vista disso, observamos que a necessidade de sair às pressas de África e de se estabelecer em um país que se mostrou despreparado para receber o grande contingente de pessoas vindas do continente africano causou fraturas na vida dos personagens. Desse modo, as narrativas desse segundo momento expressam a separação de famílias, a dificuldade dos personagens de reconstituírem a própria identidade em um lugar que não eram bem aceitos, os desafios econômicos que tiveram que enfrentar, entre outros aspectos. Somado a isso, a vivência em África estava inscrita na identidade deles, de modo que muitos não queriam ir embora e sofreram as consequências por decidirem permanecer nas ex-colônias, como a morte. Nesse sentido, podemos considerar que as narrativas capturam esse passado a partir de diferentes perspectivas.

Para além de apresentarem uma visão que parte do ponto de vista dos retornados e das dificuldades que enfrentaram, as obras *O esplendor de Portugal*, *Caderno de memórias coloniais* e *O retorno* também expressam diversos discursos marcados pelo colonialismo. Dessa forma, elas proporcionam um outro tipo de análise, que parte das influências do mundo colonial na vida desses personagens e o quanto essas narrativas estão inscritas na sociedade em que estão inseridos, como a partir do preconceito racial. Assim, vemos a cisão do mundo colonial entre brancos e negros e como a visão predominante dos portugueses sobre os africanos nas colônias partia de uma compreensão estereotipada e cristalizada. À vista desses pontos, os romances proporcionam reflexões acerca das violências que partem dos dois lados – os brancos que exploravam os negros e os enxergavam como inferiores e os africanos que, nos períodos de Guerra Colonial e Civil, submetiam os portugueses a situações de agressão e de morte.

Com base no percurso de análise realizado, podemos considerar que as obras selecionadas para o nosso *corpus* possibilitam diferentes olhares sobre os contextos históricos aqui abordados, confrontando os silenciamentos e os apagamentos instaurados nesses períodos. Além disso, as reflexões realizadas através do estudo dos romances, em diversos momentos, relacionam-se à própria realidade atual, como as questões referentes ao preconceito. Nesse sentido, como discutimos no decorrer do trabalho, ao evocar o passado, é possível também pensar sobre o presente e transformá-lo, e podemos dizer que a Literatura é um dos meios que viabiliza esse processo.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, Manuel. **Jornada de África**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ANTUNES, António Lobo. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ANTUNES, António Lobo. **Os Cus de Judas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CARDOSO, Dulce Maria. **O retorno**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2013.
- FANON, Frantz. A experiência vivida do negro. In: _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 103-126.
- FANON, Frantz. Da violência. In: _____. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 23-74.
- FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. São Paulo: Todavia, 2019.
- FRANCO, Roberta Guimarães. Depois do fim: a ficcionalização do pós-Império. In: ASSIS, A. A. F.; LEVI, J. A.; MANSO, M. D. B. (Org.). **A Expansão: quando o mundo foi português. Da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)**. Viçosa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa; Braga: NICPRI, 2014, p. 396-419.
- FRANCO, Roberta Guimarães. **Memórias em trânsito: deslocamentos distópicos em três romances pós-coloniais**. São Paulo: Alameda, 2019.
- FRANCO, Roberta Guimarães. Portugalidade e pós-memória: configurações e desconstrução da identidade portuguesa no século XXI. In: CAMPOS, L. B.; CARRIZO, S.; MAGALHÃES, P. A. (Org.). **(Pós-)Memória e transmissão na literatura contemporânea**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018, p.153-166.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: _____. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 49-58.
- GARCIA, Rita. **Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do ultramar**. Alfragide: Oficina do Livro, 2012. *E-book*. ISBN: 9789895560110. Não paginado.
- GARCIA, Rita. **S.O.S. Angola**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011. *E-book*. ISBN: 9789895558636. Não paginado.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 101-128.

HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião, sebastianismo e “memória sebástica”: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa. In: CATROGA, Fernando; DE AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; HERMANN, Jacqueline (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 119-168.

JORGE, Lúcia. **A Costa dos Murmúrios**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 366-419.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas. Porto Alegre: **Civitas**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.

MELO, João de. **Autópsia de um mar de ruínas**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1984.

PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África. In: FREIRE, Américo; NUNES, João Paulo Avelã (coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, v. 183, p. 183-201.

PIMENTA, Fernando Tavares. Causas do êxodo das minorias brancas na África portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975). **Revista Portuguesa de História**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, v. 48, p. 99-124.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUENTAL, Antero. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIBEIRO, Margarida Calafate. África no feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 68, p. 7-29, 2004.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo. Coimbra: **Oficina do CES**, v. 188, p. 1-40, 2003.

RIBEIRO, Margarida. Percursos africanos: a Guerra Colonial na Literatura Pós-25 de Abril. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, n. 1, p. 125-152, 1998.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Budapeste, 2003. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia>. Acesso em: 04 nov. 2020.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder**. A arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Travessias**, n. 6/7, p. 15-36, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.